

ERIS DEFESA & SEGURANÇA  
INTERNACIONAL

DOSSIÊ

# 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL

*novas perspectivas, antigos desafios*



ERIS  
DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL



GEDES  
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

**Organização**  
ERIS - Defesa e Segurança  
Internacional

**Revisão**

Giovanna Ayres  
Jonathan Assis  
Kimberly Digolin  
Livia Milani  
Matheus Pereira  
Rillari Ferreira  
Ana Penido  
Maria Eduarda Araujo  
Bárbara Diniz  
Victoria Guimarães  
Amauri Fernandes Jr.  
Nicole Dalmiglio

**Diagramação**

Bárbara Diniz  
Kimberly Digolin  
Victoria Guimarães

**Logradouro**

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé -  
São Paulo - SP - CEP: 01001-900

Site: <https://gedes-unesp.org/eris>  
E-mail: [contato.gedes@gmail.com](mailto:contato.gedes@gmail.com)

ISSN 2764-9156



Como citar este documento



ERIS (Org). Eris - Defesa e Segurança  
Internacional. São Paulo, v. 5 n.2, maio-  
ago, 2024. São Paulo.



# Sumário

---

Sobre o ERIS.....5

## Introdução

*Equipe ERIS*.....6

## 1964–2024: Da Reiteração à Superação do Atraso

*Eduardo Mei, Héctor Luis Saint-Pierre e Samuel Alves Soares*.....8

## Não Existe Democracia Sem Memória e Verdade

*Nilmário Miranda*.....11

## 1964 – O Ano que não Pode Ser Repetido

*Frei Betto*.....16

## Carlos Marighella: A Resistência Armada contra a Ditadura Militar Brasileira

*Bárbara Campos Diniz*.....18

## As Universidades e a Repressão da Ditadura Civil-Militar (1964–1985): A Cassação de 45

### Docentes pela UFRJ

*Lucas Barroso Rego*.....22

## Anistia Migratória de 1981: Instrumento de Controle ou Ameaça à Segurança Nacional na Ditadura Militar?

*Guilherme Borges da Silva*.....27

**Os 60 anos do golpe civil-militar no Brasil: ecos da grande imprensa**

*Camila Macedo Ruiz, Damaris de Jesus Santos, Danilo de Castro Papetti, Flora Peterle de Andrade e Iaritsa*

*Jade Lima Freitas*.....30

**“Pela memória do coronel Ustra”: A exaltação da ditadura militar por Jair Bolsonaro**

*Guilherme Theodoro Gusson*.....33

**Fronteiras que nos herman, limites que nos separam: O Rio Grande do Sul enquanto um espaço crítico à segurança nacional**

*Darlise Gonçalves de Gonçalves*.....37

**Entrevista com Maria Cecília de Oliveira Adão**

*Ana Penido*.....40

**Resenha A Casa da Vovó: Uma Biografia do Centro de Tortura da Ditadura de Marcelo Godoy**

*Bárbara Campos Diniz*.....43

**Resenha Batismo de Sangue de Frei Betto**

*Bárbara Campos Diniz*.....45

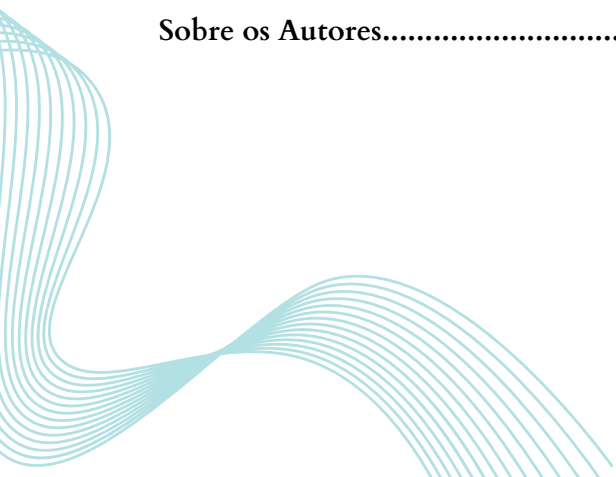
**Resenha Guerrilheiras: Memórias da Ditadura e Militância Feminina de Juliana Marques do Nascimento**

*Bárbara Campos Diniz*.....47

**Indicações de Literatura e Audiovisual**

*Equipe ERIS*.....49

**Sobre os Autores**.....52





# Sobre o ERIS

O ERIS foi concebido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) como um espaço para divulgação de reflexões sobre os temas de Defesa e Segurança Internacional. Porque estamos pensando e refletindo sobre os focos de tensão internacional e os conflitos que afligem o mundo, nomeamos nossa revista de divulgação acadêmica em uma alusão à deusa grega da discórdia, Éris. Segundo a Teogonia de Hesíodo, Éris era a mãe das desgraças, e seu pomo da discórdia foi a semente da Guerra de Troia.

Mas nem sempre a discórdia é negativa. Em homenagem à Éris, a prática argumentativa empregada no debate filosófico dos sofistas foi denominada de erística. De fato, a disputa de ideias está no cerne do esforço de reflexão em qualquer ambiente de pesquisa e de análise. Assim também é no GEDES, onde prezamos a diversidade de opiniões e de vozes. ERIS é, portanto, um espaço para expressarmos essa diversidade e promovermos o diálogo e a democratização do conhecimento.

Em tempo, ressaltamos que todos os artigos publicados no ERIS expressam unicamente a opinião de seus autores. Eles não representam, necessariamente, a opinião dos editores ou da equipe do ERIS, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), ou das instituições associadas ao GEDES.

# Introdução

*Equipe ERIS*

O golpe militar de 1964 é um marco na história do Brasil, tanto pela profundidade das transformações que provocou quanto pelos efeitos duradouros que deixou sobre o país. A participação das Forças Armadas na política brasileira é uma constante histórica, com raízes profundas na formação do Estado nacional. O golpe de 1964, porém, intensificou essa participação, deixando marcas duradouras na institucionalidade brasileira e na concepção de segurança nacional. A instalação de um regime autoritário que perdurou por 21 anos moldou de maneira profunda as estruturas do Estado, influenciando desde a condução de políticas internas até o posicionamento do Brasil no cenário internacional.

No entanto, o regime não pode ser compreendido de forma isolada. Ele é resultado de um processo histórico mais amplo, que envolve a articulação entre diversos atores, como as elites econômicas, a classe média urbana, o governo dos Estados Unidos e, evidentemente, as forças armadas brasileiras. A polarização ideológica que crescia no contexto da Guerra Fria também teve um papel importante. O medo do comunismo, exacerbado por setores conservadores da sociedade, e o apoio explícito dos Estados Unidos às ditaduras militares na América Latina, como parte da Doutrina de Segurança Nacional, criaram o ambiente propício para a mudança de regime (STEPAN, 1988; SKIDMORE, 1988).

Nesse contexto, é importante enfatizar que o golpe não foi um evento pontual, mas o início de um processo complexo de reestruturação política e social. Durante os anos subsequentes, o regime militar consolidou-se por meio de medidas repressivas, como a cassação de direitos políticos, o fechamento do Congresso Nacional em diversas ocasiões, a censura à imprensa e a perseguição sistemática a opositores do regime. Estas ações foram formalizadas em atos institucionais, sendo o AI-5, de 1968, o mais emblemático, pois suspendeu garantias constitucionais e abriu caminho para a repressão mais violenta contra os opositores (GASPARI, 2002).

A compreensão das motivações e dos mecanismos que permitiram a permanência do regime militar no poder por mais de duas décadas é fundamental para entender os legados dessa era autoritária. Um dos aspectos mais debatidos pelos estudiosos é o caráter estrutural dessas mudanças, que transcenderam o fim formal da ditadura em 1985. De fato, muitos dos instrumentos legais e práticas administrativas adotados durante o período militar, como a centralização do poder executivo e o controle sobre a economia, continuaram a influenciar a política brasileira nas décadas seguintes (ALVES, 1984; DREIFUSS, 1981)

Além disso, as consequências internacionais do golpe de 1964 também foram significativas. A política externa do regime militar alinhou-se, em grande parte, aos interesses norte-americanos durante as décadas de 1960 e 1970, especialmente no que diz respeito à contenção do comunismo no continente. Contudo, em meados da década de 1970, houve uma inflexão na política externa brasileira, com o advento do pragmatismo responsável de Geisel, que buscou diversificar as alianças internacionais do país e promover uma maior autonomia frente aos Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2011).

Passados 60 anos do golpe, o momento é oportuno para revisitar esses eventos com uma nova perspectiva, levando em consideração os desafios antigos que persistem na sociedade brasileira, como a relação civil-militar, o papel das Forças Armadas na política, o crescente negacionismo histórico de setores da sociedade e o fortalecimento de forças políticas com tendências autoritárias. Assim, o dossiê temático “60 Anos do Golpe Militar no Brasil: Novas Perspectivas, Antigos Desafios”, publicado pelo ERIS-GEDES (Unesp), surge como uma importante iniciativa para fomentar o debate acadêmico e oferecer novas interpretações sobre este evento crucial da história do país. As abordagens contemporâneas, apoiadas por documentos recentemente desclassificados e novas metodologias de pesquisa, têm o potencial de lançar luz sobre aspectos ainda pouco compreendidos do regime militar e seus impactos duradouros no Brasil (MOTTA, 2002).

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 2011.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1988.

# 1964-2024

## DA REITERAÇÃO À SUPERAÇÃO DO ATRASSO

*Eduardo Mei  
Héctor Luis Saint-Pierre  
Samuel Alves Soares*

Há 60 anos um golpe de Estado, perpetrado por militares com apoio do grande capital interno e associado e do império estadunidense, interrompia a construção de uma sociedade inclusiva e democrática. Os golpistas reiteravam o caráter colonial, violento e predatório do empreendimento da metrópole portuguesa – um modelo *avant la lettre* de uma parceria público-privada que marcaria a formação do que viria a ser chamado Brasil: um projeto de predação colonial (violento e genocida, predatório e ecocida) ainda em curso. Quando o AI-5 deflagrou a fase mais violenta do regime autoritário militar, uma anedota sarcástica dizia que a ditadura finalmente havia democratizado a tortura. De fato, a tortura é apenas uma das variadas formas de violência que vergastam o torso do indígena, do negro, do pobre e de todo aquele que ouse questionar a ordem vigente (inclusive de professores com salários irrisórios e de estudantes que denunciam a precarização do ensino e pesquisa).

Dois Brasis se enfrentam, portanto. Um Brasil que avança como projeto colonial de predação humana e ambiental – cujos testemunhos recentes são as enchentes, a savanização da Amazônia, a extensão e intensificação das estiagens, os incêndios criminosos, os ataques e assassinatos coordenados às populações indígenas e quilombolas e a ruptura de barragens de rejeitos minerais, que tudo devastam impunemente – e um Brasil que resiste, que luta e enfrenta a violência, a tortura e a morte, e se recusa a ser condenado ao desaparecimento. Não por acaso, estes dois Brasis se chocam novamente a partir de junho de 2013, no golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e na série de golpes que permitiu a eleição de um necromante dos porões da ditadura em 2019.

Esse enfrentamento pode ser resumido em alguns episódios marcantes: a **conquista lusitana e a introdução do latifúndio escravista e agroexportador de cana-de-açúcar** – quando, como indica Celso Furtado, “pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.” (Formação Econômica do Brasil, Cap. VIII); a **independência do Brasil** – reação das classes dominantes brasileiras ao movimento liberal lusitano e consolidação do colonialismo interno com suas principais características: predatório, escravista e demofóbico; a **proclamação da república** – e a inauguração da longa série de golpes e *pronunciamentos* militares; a **crise de 1929** – o processo de industrialização e o lento surgimento de um enclave moderno em meio ao atraso colonial; o golpe de 1964 – reação autoritário-conservadora à inclusão social associada à modernização (representada nas reformas de base) e acirramento das contradições entre o moderno e o arcaico; a crise da dívida nos anos 1980 – esgotamento do modelo de acumulação imposto pelo golpe de 1964; a Constituição de 1988 – tentati-



-va limitada, e depois solapada, de inclusão social e democratização; a reversão neocolonial dos anos 1990 – reação neoliberal, desindustrialização, reprimarização e abandono das veleidades modernizantes; o liberal-desenvolvimentismo (2002–2014) – ensaio fracassado de inclusão social sem ruptura com o modelo neoliberal anteriormente implementado; a articulação reacionária contra as quimeras de inclusão social (2015–2022) – conluio do capital rentista e predatório com segmentos político-partidários fisiológicos e clientelistas e segmentos conservadores da burocracia estatal (tecnocracia; Judiciário e militares); e, finalmente, novo ensaio de liberal-desenvolvimentismo (a partir de 2023) – inclusão social limitada pela agenda neoliberal (ajuste e “arcabouço” fiscal, juros estratosféricos, contingenciamento dos investimentos em Saúde e Educação etc.)

Nesses episódios, certamente, o Brasil arcaico – colonial e neocolonial – enfrentou a resistência do povo oprimido. Todavia, apenas recentemente (a partir da segunda metade do século XX) o modelo imposto viu-se efetivamente ameaçado. Os golpes de 1964 e 2015–2023 representam uma reação à emergência do povo oprimido na política brasileira. Em ambos, os militares tiveram papel ativo: no golpe de 1964 e na ditadura subsequente, como protagonistas; no golpismo de 2015 a 2024 e ainda redivivo, ora como coadjuvantes, ora como protagonistas. Em suma, no enfrentamento entre o arcaico e o moderno, os militares (excluídos os que foram perseguidos e cassados pela ditadura) sempre estiveram do lado do atraso: quando se posicionaram pela industrialização, seu objetivo era a modernização do aparato militar, não a do país; quando se envolvem na política, defendem uma democracia sem povo. Em duas palavras, os militares são autoritários e excludentes. O recuo atual não representa uma mudança de rumos no caráter autoritário, elitista e golpista das forças armadas brasileiras. Ao contrário, a profusão de candidaturas militares, frequentemente alinhadas à extrema direita neoliberal e neofascista, indica claramente a posição que virão a assumir na primeira oportunidade (isto é, o novo fracasso do liberal-desenvolvimentismo).

E como aparato de Defesa, as forças armadas apenas mimetizam concepções alheias, satisfeitas em garantir privilégios e prebendas, e pouco ocupadas em fazer parte de um esforço decolonizador para produzir algum nível de autonomia estratégica. O resultado tem sido ajustar-se a modelos isomorfos e garantir que a ordem liberal seja mantida pela força e por distintas formas de violência. Ao entenderem-se como facultadas a estabelecer rumos para o país, extorquem futuros e restringem opções e alternativas que possam romper com o ciclo colonizador. A desfuturação torna-se outra tecnologia mortífera, cujo papel é tentar varrer do horizonte qualquer tentativa de transformação social, política, econômica e ecológica. Cumprem, e têm cumprido, a vergonhosa figura de garantes da insegurança própria do modo de produção dominante. São forças voltadas para dentro, formulando como vetores de ameaças movimentos sociais, quilombolas, periferias, pretos e pobres. São justamente aqueles que, por compromisso com seu soldo – pago com o esforço dos trabalhadores, tanto quanto as armas e insígnias que ostentam –, deveriam se esforçar por ampliar a liberdade de ação estratégica para garantir a autonomia decisória do país. Paradoxalmente, são o principal instrumento do capital internacional para colocar correntes ao destino da nação à vontade da metrópole de turno. E, se for necessário, não hesitarão em pisotear novamente os cadáveres de quem se opuser para manter o país no regime de dependência de todo tipo.

Os setores progressistas da sociedade brasileira, seu segmento “moderno”, têm, portanto, diante de si dois nós górdios a serem desatados. O nó da exclusão (política e) social e o nó do aparato militar autoritário e excludente (associado à estrutura tecno-burocrática também autoritária e excludente). Os dois nós estão interligados. Ao desatar o nó da exclusão, haverá a reação do aparato militar, sempre pronto a alinhar-se

com as hostes do atraso. Entretanto, para desatar o nó do aparato militar, faz-se necessário obter o apoio daqueles que clamam por inclusão. Um impasse quase maquiaveliano, portanto. O “príncipe” só será vitorioso com apoio do povo, mas não terá o apoio do povo sem submeter o exército ao seu comando. Vê-se que a tarefa que temos pela frente é hercúlea: sem reestruturar de cima a baixo o aparato militar, o “príncipe” não o submeterá ao seu comando; sem submetê-lo, será condenado a assistir novamente o desfile do atraso.

# 1964 – O ANO QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO NEM REPETIDO

*Frei Betto*

Em 1964, ingressei na Faculdade de Jornalismo da Universidade do Brasil, no Rio. Funcionava no local onde se ergue, hoje, o prédio da Academia Brasileira de Letras. Tive o privilégio de desfrutar de um elenco de professores de altíssimo gabarito, entre os quais Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Hermes Lima e Danton Jobim.

A antiga capital do Brasil fervilhava. O movimento sindical pressionava o governo João Goulart por direitos e, somado do movimento estudantil, liderado pela UNE, por reformas de base, como a agrária.

A Revolução Cubana, exitosa em 1959, alentava a militância de esquerda a se engajar na luta para emancipar o Brasil da tutela estadunidense. Se um único vocábulo serve para definir o clima que se respirava é o adjetivo novo. A bossa era nova, o cinema era novo, a literatura era nova, igualmente as propostas econômicas de Celso Furtado e pedagógicas de Paulo Freire, voltadas às demandas da maioria do povo brasileiro.

A elite brasileira, atrelada ao capital estrangeiro, entrou em sobressalto, assustada com a movimentação das Ligas Camponesas no Nordeste, as pressões sindicais, a mobilização estudantil e a hegemonia do pensamento marxista na arte e na cultura. A seus olhos, o país corria o risco de cair em mãos dos comunistas. Era preciso criar um caldo de cultura em defesa da “tradição, família e propriedade” ...

As ruas das capitais brasileiras foram ocupadas pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Mulheres de classes média e alta, véu na cabeça e terço nas mãos, invocavam Nossa Senhora Aparecida, em procissão, lideradas pelo padre Peyton estadunidense enviado ao Brasil com as bênçãos da CIA. O fantasma do comunismo fazia-se onipresente. E tinha cheiro de satanás. Não bastava combatê-lo com as armas da política, havia que requerer as da fé, exorcizá-lo do corpo e da alma nacionais.

O concorrido comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, com a participação do presidente João Goulart, foi a gota d'água. No Dia da Mentira, 1º. de abril de 1964, o golpe militar mergulhou o Brasil no obscurantismo. A tragédia tão plenamente se cobria de ridículo que os militares se viram na obrigação de recuar a data oficial para 31 de março. Deposto, Jango retornou aos pampas e, logo, exilou-se no Uruguai, de onde passou a controlar suas fazendas.

Na quinta, 2 de abril de 1964, eu participava do congresso latino-americano de estudantes, em Belém (PA). Jornais e rádios anunciavam o movimento de tropas no Centro-Sul do país, a fuga consentida do

presidente Goulart, o eufemismo "revolução" para uma típica quartelada imposta na véspera. Os participantes do congresso desapareceram como por encanto, cada um tentando salvar a própria pele enquanto houvesse tempo.

Nunca me senti tão só quanto naquele dia. A notícia do golpe fazia desabar todo o meu castelo de sonhos libertários. Anos de trabalho e esperança – Ligas Camponesas, UNE, UBES, ISEB, MEB, CPC e tantas outras siglas grávidas de um futuro abortado. Tudo reduzido a caso de polícia. E o pior: sem que houvesse a menor reação popular. Onde os camponeses mobilizados por Francisco Julião? O proletariado mobilizado pelo Partido Comunista? Os militantes da Ação Católica e da Ação Popular? Os alfabetizados pelo método Paulo Freire?

Durante anos refleti sobre essa letargia que a notícia de um golpe de Estado produz em suas vítimas. Por que esperar que outros reajam se eu mesmo não tenho outra preocupação senão escapar com vida? Quando estamos engajados numa causa robustecida por sinais de avanço, somos tomados por um sentimento coletivo, uma euforia grupal, que parecem obscurecer a nossa individualidade. Importa é que se mantenha erguida a bandeira que empunhamos, ainda que isso não nos traga nenhum proveito pessoal.

Na maré baixa, entretanto, o otimismo coletivo refluí como derrota individual. Apagam-se as esperanças, evaporam-se os sonhos, enquanto a mente confunde-se com perguntas sem respostas. O fracasso, hoje, do que ontem era esperança de vitória, inocula-se como depressão e perplexidade. O medo paralisa-nos diante da certeza de que, agora, o inimigo retém em mãos todas as cartas.

Eu havia desembarcado em Belém em plena vigência democrática e, agora, o Brasil dobrava-se a uma ditadura. O peso deste substantivo abatia-me. Numa ditadura não há vozes dissonantes, direitos humanos, prerrogativas jurídicas. Ao arrepio da lei tudo é válido, desde que reforce o poder e destrua o inimigo. Onipresente e onipotente, a ditadura é muito mais do que um aparato policial-militar. É uma psicose política, um estado de alucinação coletiva que induz o marido a desconfiar da mulher, o patrão do empregado, o vizinho do inquilino da porta da frente. Todos são suspeitos até prova em contrário.

Esse o terror que, em Belém, despertou os mais profundos atavismos de meu instinto de sobrevivência. Onde as minhas doces ilusões? Em que ponto de encaixe se rompeu a irreversibilidade da história? E as massas, aquelas massas que incendiavam os canaviais do Nordeste com o estopim da reforma agrária, reunidas em júbilo, há poucos dias, no megacomício da Central, no Rio?

Um silêncio de voz sufocada. Meu pai jurava que o suicídio de Vargas matara também a possibilidade de o Brasil retornar a uma ditadura. E ela voltara, e voltara a partir de Minas. As montanhas haviam parido um monstro que, com suas botas soladas com esteiras de tanques, esmagavam todos os mitos criados em torno da índole pacífica de meus conterrâneos. Onde a tolerância mineira, o espírito afável, o jeitinho conciliador do homem das Gerais, a alquimia política que tantas vezes impedira que crises nacionais terminassem em banho de sangue?

Em Belém, a ditadura emergia à minha volta, como se brotasse do chão, à sombra das mangueiras que arborizavam as ruas. Grades invisíveis se fechavam em torno da cidade, dos bairros, das praças, das casas, do meu corpo. Ora, ponderei, aqui encontro-me muito distante do palco dos acontecimentos. Quem sabe há

confrontos armados no Rio, a multidão que ocorreu ao comício da Central agora ergue barricadas para impedir o avanço das tropas que descem de Minas, os bravos militantes de esquerda organizam brigadas populares, Prestes faz chegar às massas sua voz de comando. Sim, a censura à imprensa impede que as notícias das reações populares alcancem o extremo Norte do país. Com certeza estão em armas os heroicos marinheiros e os destemidos sargentos que manifestaram apoio a Jango e, agora, obrigam as tropas golpistas a recuarem.

O que é uma ditadura? Quantas vezes fiz a pergunta a meu pai! Agora, olho em volta e vejo que uma ditadura é esse silêncio fúnebre que retira as pessoas das ruas, tranca-as em casa, faz com que fechem as janelas e cerrem as cortinas, falem entre si por meio de gestos e sussurros. Uma ditadura é essa cidade, em pleno dia útil, com aspecto de domingo chuvoso; esse arrepio que me tensiona ao passar ao lado de um homem fardado; essa incerteza, esse vazio, essa abissal dúvida em relação ao futuro pessoal e coletivo.

A TV informa que reina perfeita ordem em todo o país. Será que os brasileiros são desprovidos de senso cívico? E os militares, que chamam o golpe de revolução, não andam fuzilando seus opositores? Não há saques, incêndios, invasões? Ora, se Milton Campos aceita ser ministro da Justiça, então tudo não passa de uma crise momentânea, como a que houve por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Destituído João Goulart e afastado do país, então tudo voltará à normalidade. Ou será que estou sonhando para não admitir que, a esta hora, todos os meus companheiros no Rio estão presos ou mortos? Quem sabe alguns lograram escapar das malhas da repressão e, agora, clandestinos, organizam a resistência. E eu, o que faço aqui tomando sorvete de cupuaçu? Se não há serra a subir, devo tomar o avião para o Rio e unir-me aos sobreviventes. A ditadura, enfim, faz de mim um guerrilheiro em potencial.

Envolvido na política estudantil de esquerda até a medula, farejei que a sanha repressiva não me pouparia. Retornei ao Rio. Como meu sexto sentido pressentia e a consciência teimava em não admitir, a repressão alcançou-me na madrugada de sábado, 6 de junho de 1964. Acordei com um grito no quarto:

— Levantem, mãos na cabeça!

Olhos sonolentos, vislumbrei duas metralhadoras empunhadas por homens de terno e gravata. Por um segundo imaginei que fosse um pesadelo. Eram quatro horas da manhã. A brisa fria entrava pela janela do apartamento de nono andar da rua das Laranjeiras, onde cerca de oito dirigentes da JEC e da JUC, apijados, postavam-se junto às camas com as mãos na nuca e os braços abertos em borboleta sobre o tronco.

Encostados à parede, assistimos ao vandalismo dos homens do Cenimar (Centro de Informações da Marinha): todas as estantes foram varridas pelo cano de suas armas, livros e papéis atirados ao chão, armários esvaziados à procura de planos subversivos. Na agressividade deles, era notório o medo que também sentiam. No mínimo, toda aquela literatura religiosa era o alibi que usávamos para encobrir nossa infiltração comunista na Igreja...

Fomos todos presos e conduzidos ao Arsenal de Marinha, que já se encontrava repleto de pessoas conhecidas. Só então soubemos que, naquela madrugada, os agentes da Marinha haviam vasculhado o Rio em busca de todos que, segundo suas informações, pertenciam à Ação Popular.

— O peixe caiu na rede - disse o comandante, com sarcástica satisfação, quando fui introduzido na sala de interrogatório. Sentia-me inseguro. Ouvira casos de prisioneiros torturados e temia que o mesmo ocorresse comigo. Cinco oficiais flecharam-me com os olhos. Uma oração difusa, angustiada, minava o meu espírito, tranquilizando-o. A cabeça, porém, era uma caldeira elevada à máxima pressão. Pesava uma tonelada.

— Não é um peixe qualquer, comandante. É um peixão - alertou um dos agentes.

Imaginei que essa importância fosse atribuída à minha função de dirigente nacional da JEC. Para eles, não havia diferença entre Ação Católica e Ação Popular. Eram gatos do mesmo saco. De fato, eu me afinava ideologicamente com a AP, mas não chegara a pertencer a seus quadros. Recomendação explícita dos bispos dizia que dirigentes da Ação Católica não deveriam filiar-se a movimentos ou partidos políticos. Esse critério levou muitos jovens de minha geração a um dualismo que, em princípio, não deveria existir: os que optavam pela política se afastavam da Igreja.

— Então, Betinho, onde estão os outros dirigentes da AP? - indagou o comandante.

Nunca havia sido tratado por esse diminutivo. Percebi logo que, como já ocorrera em outras ocasiões, me confundiam com Herbert José de Souza, que fora um dos fundadores da AP e, mais tarde, seria conhecido também como o “irmão do Henfil” e criador da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

— O senhor está se confundindo. Não sou o Betinho - respondi aliviado.

A mão pesada do policial subiu em direção ao teto, fez uma curva no ar e desceu violenta sobre o meu rosto.

— Filho da puta! Como não é o Betinho? Você não é de Belo Horizonte?

— Sou.

— Não é da JUC?

— Não, da JEC.

— E qual a diferença, seu veado? Só falta dizer que não é da AP! Quer levar mais porradas pra refrescar a memória?

— Posso explicar tudo.

— Então explique - interferiu o comandante, cumprindo o seu papel de interrogador “bonzinho”.

Apesar da dor de cabeça e da ardência que me queimava a face esquerda, consegui convencê-los de que eu não era a pessoa que procuravam. Betinho e eu éramos amigos de Belo Horizonte, mas, no Rio, não mais nos vimos após o golpe. E eu não fazia a menor ideia de como ele poderia ser encontrado.

Pelos corredores do Cenimar reconheci diversas pessoas, mas todas evitavam se olhar para não despertar a atenção dos agentes. Abatia-nos uma sensação de derrota. As moiras haviam cruzado o nosso caminho. Nosso castelo de sonhos libertários desabara, reduzido a meia centena de universitários amedrontados, sufocados pelo imponderável, olhos dilatados frente ao imprevisível, sonâmbulos nos sinistros porões da história.

Quinze dias depois, fomos liberados e o processo arquivado.

Cinco anos depois eu voltaria à prisão por quatro anos. Mas isso é outra história...

# Não Existe Democracia Sem Memória e Verdade

*Nilmário Miranda*

45 anos depois de Inês Etienne Romeu sair do cárcere político pela Anistia de 1979 e denunciar a existência da Casa da Morte em Petrópolis (RJ), está ocorrendo o processo de desapropriação deste lugar sinistro para dar lugar a um Memorial de Direitos Humanos. A Casa da Morte era um aparelho clandestino do Exército para sequestrar militantes, torturar, matar e ocultar os restos mortais dos opositores.

Coube ao Centro de Informações do Exército organizar os DOI-CODI do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal e Pará. Sua organização foi decidida pelo Gen. Garrastazu Médici, escolhido pelos militares para centralizar a guerra interna preconizada pelos FFAA, sintonizada com as Forças Armadas dos EUA no contexto da Guerra Fria. Valia tudo para derrotar o comunismo.

Na Casa da Morte operavam oficiais que iam de coronéis até soldados para centralizar as polícias federal, PMs, e policiais civis. Pelo menos 21 militantes (e suspeita-se de outras vítimas) foram assassinados e depois tornaram-se desaparecidos políticos. Destes, pelo menos oito, com seus corpos já serrados, e junto com outros quatro retirados do DOI-CODI do Rio, foram levados pelo ex-delegado Cláudio Guerra até a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, para serem incinerados nos seus fornos.

Quando a Ditadura implantou a "abertura lenta, gradual e segura", sob a condução dos generais Geisel e Golbery, os oficiais superiores do DOI-CODI e da Casa da Morte no Rio praticaram atos terroristas contra políticos, instituições como a OAB, sindicatos, imprensa, religiosos, sociedade civil e movimentos sociais para sabotarem a "abertura". Somaram-se a outros militares de PMs, por exemplo, para o que seria o maior atentado da história do país no 1º de maio de 1981, no Riocentro. Os mais conhecidos artistas do país e milhares de inocentes morreram. Só falhou pela providência divina: a bomba inicial explodiu acidentalmente no colo do Sargento Rosário (DOI-CODI- RJ), ocasionando sua morte. Seu chefe imediato, o Capitão Wilson Machado, com as vísceras expostas, foi socorrido pelos demais facínoras. Não só não foi punido, como foi promovido, transferido para Brasília e tornou-se instrutor de cadetes. Ninguém foi punido.

Da Casa da Morte, os militares que praticaram crimes contra a humanidade, em tese imprescritíveis, insuscetíveis de graça ou anistia, somente um está sendo processado pela Polícia Federal. Nem mesmo o AI-5 que institucionalizou a derrogação da Constituição de 1967, previa a execução extrajudicial e o desaparecimento forçado de pessoas. Só um militar, Antônio Vaneir Pinheiro Lima, o "Camarão", aos 81 está sendo processado a pedido do MPF pelo estupro de Inês Etienne Romeu.

No caso da Usina Cambahyba, que pertencia a um vice-governador do Estado da Guanabara, Heli Ribeiro, colaborador dos porões, o ex-delegado Cláudio Guerra que assumiu publicamente, no livro



"Memórias de uma Guerra Suja", a incineração de 12 corpos, em junho de 2022 foi condenado, pela Justiça Federal, a 7 anos por ocultação de cadáveres.

Não se trata de remexer o passado de crimes praticados por gente que já morreu. General da ativa não foi punido por participação na campanha de Bolsonaro, vetada pelo regulamento. Centenas de militares ocuparam postos sem aptidão para os cargos nos ministérios e órgãos estatais. Os quartéis, inclusive o Forte Apache, açoiaram acampamentos de extremistas antidemocráticos que de lá saíram para praticarem os atos terroristas no Distrito Federal após a eleição do presidente Lula e para a vandalização nos prédios do STF, Congresso Nacional e Palácio do Planalto na tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Pelos inquéritos em curso, o golpe previa gerar caos e desordem de tal forma que caberia uma GLO com o Exército à frente, supostamente com base no artigo 142 da Constituição Federal, que anularia as eleições e destituiu o Presidente da República.

O Presidente Lula derrotou o golpe, com a pronta intervenção na segurança pública do Distrito Federal, operada pelo então ministro da Justiça, Flávio Dino. E soube unir os poderes da República na defesa da democracia constitucional.

Discutir os 60 anos do golpe significa enfrentar a guerra cultural da extrema direita que, por enquanto, tem suas idiossincrasias validadas. Para eles não houve golpe e sim uma revolução democrática para derrotar o comunismo o abortismo, o casamento gay, etc. E as torturas, as mortes, os desaparecimentos, a cassação, a censura foram usadas para derrotar o mal maior. Mas é importante discutir os desafios e travas para a consolidação da democracia com os anseios das multidões, ou seja, que garanta distribuição de renda, de riqueza, de poder e do saber.

Em primeiro lugar, os militares constituem a principal ameaça, permanente. Tem escolas e assembléias próprias que não formam democratas. Tem previdência própria, privilégios de castas, Justiça Militar. O Governo Lula acertou ao nomear um civil para o Ministério da Defesa, depois de 6 anos de Temer e Bolsonaro. O Ministro indicou um advogado para a Comissão de Anistia e para a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, quando for reinstalada. A Esplanada foi desmilitarizada. Na ABIN mais de 400 militares foram substituídos e em outros lugares, como Guarda Presidencial, houve trocas nas regiões militares do país. Mas a formação de militares permanece intocada.

O problema vem desde a Anistia de 79, quando a maldita expressão "crimes conexos" foi interpretada como anistia para os dois lados, para o verdugo e sua vítima. O livro de Fábio Victor nos mostra como os chefes militares, como Villas Boas e Etckegoven, que julgávamos como fiadores da democracia constitucional, apoiaram o golpe contra Dilma em virtude da Comissão Nacional da Verdade! E o livro nos mostra como agiram como se fosse poder camuflado para impedir Lula de disputar em 2018.

Outro grande entrave são as listas abertas para a eleição de deputados e deputadas que impedem a constituição de maiorias parlamentares. Sem maiorias como em todas democracias, o Presidente sempre será obrigado a buscar os adversários e submeter-se às emendas impositivas.

O bolsonarismo se nutre do medo, da insegurança quanto ao futuro com o fracasso do neoliberalismo. Só avançaremos quando a esperança vencer o medo.

# Carlos Marighella

## A RESISTÊNCIA ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

*Bárbara Campos Diniz*

A instauração da ditadura militar no Brasil, em 1964, foi um marco na história política do país. O golpe militar que derrubou o presidente João Goulart foi o resultado de uma conjunção de fatores econômicos, políticos e sociais. O contexto da Guerra Fria, com a bipolaridade entre o capitalismo e o socialismo, influenciou diretamente o cenário político brasileiro, no qual os militares e a elite econômica viam as reformas de base propostas por Goulart como um risco à estabilidade da ordem capitalista e como uma possível "ameaça comunista" (SKIDMORE, 1988). Os setores empresariais, a mídia conservadora e a Igreja Católica, em aliança com os militares, foram peças-chave no processo que levou à derrubada de Goulart e à instauração do regime militar (GASPARI, 2002).

O regime, que perdurou até 1985, foi caracterizado por censura, repressão política, tortura e assassinatos de opositores, além de graves violações aos direitos humanos. A intensificação das práticas repressivas levou ao surgimento de diversos movimentos de resistência, tanto no meio urbano quanto rural. Dentro deste cenário, a guerrilha urbana, conduzida por grupos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), sob a liderança de Carlos Marighella, emergiu como uma das principais formas de contestação ao regime.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel de Carlos Marighella como líder da resistência armada contra a ditadura militar brasileira, destacando suas estratégias, seu pensamento político, seu legado e a construção de sua imagem como o principal inimigo do regime. Ao explorar a atuação de Marighella e da ALN, busca-se compreender a dimensão da resistência armada em um contexto de repressão extrema e os dilemas enfrentados por esses grupos insurgentes.

### **Marighella e a Resistência Armada**

Carlos Marighella nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador, Bahia, filho de um operário italiano e de uma afro-brasileira. Desde jovem, envolveu-se com questões políticas e sociais, ingressando no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1934, durante a Era Vargas (VENTURA, 1991). Marighella destacou-se por seu ativismo contra o Estado Novo e foi preso pela primeira vez em 1936, após um atentado frustrado contra Vargas. Após sua libertação, continuou sua militância, tornando-se uma das figuras mais influentes do PCB.

Com o golpe militar de 1964, Marighella rompeu com o PCB, insatisfeito com a postura do partido de adotar uma resistência pacífica contra a ditadura. Ele acreditava que a única forma de derrotar o regime

era através da luta armada, e passou a defender a guerrilha urbana como principal estratégia para atingir esse objetivo. Sua trajetória culminou na fundação da Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1968, com o objetivo de organizar e coordenar as atividades insurgentes contra o governo militar (GORENDER, 1998).

A fundação da ALN ocorreu em um contexto de crescente radicalização das esquerdas brasileiras, que, inspiradas por movimentos revolucionários como a Revolução Cubana, viam na luta armada a única forma de derrubar a ditadura e instaurar um regime socialista no Brasil (MARIGHELLA, 1979). A ALN nasceu com uma proposta clara: derrubar a ditadura militar por meio da guerrilha urbana e da violência revolucionária. Marighella, líder do grupo, foi fundamental na formulação das estratégias adotadas pela organização.

Diferente de outros grupos de esquerda, que acreditavam que a guerrilha deveria ter início nas zonas rurais, como a tática defendida por Che Guevara, Marighella defendia que a revolução brasileira deveria começar nas cidades, onde o impacto das ações insurgentes seria maior. A ALN, portanto, focou seus esforços na guerrilha urbana, com ataques a instalações militares, sequestros de diplomatas e assaltos a bancos, com o objetivo de financiar suas operações e desestabilizar o regime (GORENDER, 1998; REIS FILHO, 2001).

As ações da ALN foram guiadas por uma combinação de ataques armados e propaganda revolucionária. Carlos Marighella acreditava que a violência era um instrumento necessário para a derrubada do regime, e escreveu o "Minimanual do Guerrilheiro Urbano" em 1969, uma obra que se tornaria referência para movimentos insurgentes em todo o mundo. O manual, que abordava táticas como emboscadas, sabotagens e a importância da mobilidade, tornou-se um guia para a luta armada nas cidades (MARIGHELLA, 1969).

Entre as principais ações da ALN, destacam-se o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969, realizado em parceria com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esse sequestro teve grande repercussão nacional e internacional, e foi um dos episódios mais emblemáticos da luta armada no Brasil (VENTURA, 1991). O pensamento político de Carlos Marighella foi profundamente influenciado pelo marxismo-leninismo, pelo contexto revolucionário da América Latina e pelas suas experiências no PCB. Para Marighella, a revolução socialista era a única forma de libertar o Brasil do que ele considerava a "dominação imperialista" imposta pelos Estados Unidos e pelas elites brasileiras (MARIGHELLA, 1979). Em sua obra "Para a Libertação do Brasil", Marighella argumenta que o Brasil estava preso em um sistema de dependência econômica e política, e que apenas uma revolução socialista poderia romper com essa estrutura.

Sua visão de revolução era baseada na necessidade de uma insurreição popular, que deveria ser iniciada pelas ações da guerrilha urbana, visando mobilizar as massas e provocar uma mudança radical na estrutura de poder do país (MARIGHELLA, 1979). Ele acreditava que a luta armada era uma ferramenta indispensável para alcançar a revolução, especialmente em um contexto de ditadura, no qual a via democrática estava bloqueada.

### **O Inimigo Número Um**

A ALN e seus líderes, em especial Carlos Marighella, tornaram-se os principais alvos da repressão do regime militar. A repressão estatal foi brutal e sistemática, coordenada por órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), que monitoravam as atividades dos guerrilheiros. A partir de 1969, Marighella passou a

ser considerado o "inimigo número um" do regime, e a sua captura tornou-se prioridade para as forças de segurança (GASPARI, 2002).

Marighella foi assassinado em uma emboscada planejada pela polícia de São Paulo, em 4 de novembro de 1969, em uma ação coordenada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). A operação contou com a colaboração do Exército e foi considerada um dos maiores êxitos da repressão militar (MATTOSO, 1994). Sua morte marcou o início do declínio da ALN, que, sem a liderança de Marighella, enfrentou dificuldades para continuar suas operações.

A morte de Carlos Marighella foi amplamente explorada pela propaganda estatal, que o retratou como um "terrorista" e um agente da desordem social. A imprensa, controlada pelo regime, ajudou a reforçar essa narrativa, associando Marighella e a ALN ao caos e à violência. O governo utilizava a figura de Marighella para justificar suas ações repressivas, consolidando a imagem de que a luta armada era uma ameaça à estabilidade nacional (REIS FILHO, 2001).

Essa construção de imagem foi central para a legitimidade do regime, que precisava do apoio da sociedade para continuar sua política de repressão aos grupos de oposição. A imagem de Marighella como o "inimigo número um" ajudou a criar um inimigo interno contra o qual o regime podia concentrar seus esforços de propaganda e repressão.

### **O Legado de Marighella na Memória Política**

Após sua morte, Carlos Marighella tornou-se um símbolo da resistência à ditadura militar no Brasil. Durante os anos de chumbo (1968-1974), sua imagem foi reverenciada por militantes de esquerda, que o viam como um herói da luta contra o regime autoritário (VENTURA, 1991). Com a redemocratização do país, a memória de Marighella foi resgatada por movimentos sociais e políticos que buscaram homenagear sua luta pela liberdade e pelos direitos civis.

Em 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) reconheceu oficialmente a responsabilidade do Estado brasileiro por sua morte, destacando o papel de Marighella na luta contra a ditadura (BRASIL, 2014). Seu legado continua a ser debatido na academia e nos movimentos sociais, sendo visto como um símbolo da resistência política e da busca pela justiça social.

No entanto, o legado de Marighella é também objeto de controvérsia. Enquanto muitos o consideram um herói revolucionário, outros o criticam por suas táticas violentas e por sua defesa incondicional da luta armada. Acadêmicos como Gorender (1998) questionam a eficácia da guerrilha urbana no contexto da ditadura militar, argumentando que o uso da violência acabou por legitimar a repressão do Estado e dificultar a construção de uma resistência política mais ampla. A avaliação crítica de Marighella e da ALN é um tema central nos debates sobre os limites da ação revolucionária e os dilemas enfrentados por aqueles que optaram pela via armada.

Desse modo, é possível apontar que Carlos Marighella foi uma figura central na resistência à ditadura militar brasileira, não apenas por sua atuação como líder guerrilheiro, mas também por seu pensamento político. Suas estratégias de luta armada e sua liderança na ALN marcaram um período de grande repressão e intensa

mobilização contra o regime. O legado de Marighella permanece relevante, tanto para os estudos acadêmicos sobre resistência política quanto para os debates contemporâneos sobre as formas de contestação ao autoritarismo.

O estudo de sua trajetória é essencial para compreender as complexidades da luta contra a ditadura militar no Brasil e os desafios enfrentados pelos movimentos insurgentes. Sua figura continua a inspirar movimentos sociais que lutam por justiça e democracia, mantendo viva a memória de sua luta pela libertação do Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade: Relatório Final. Brasília: CNV, 2014.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1998.
- MARIGHELLA, Carlos. Minimanual do Guerrilheiro Urbano. 1969.
- MARIGHELLA, Carlos. Para a Libertação do Brasil. São Paulo: Global, 1979.
- MATTOSO, Kátia. Carlos Marighella: O Inimigo Número Um da Ditadura Militar. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A Ditadura Militar e os Guerrilheiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano que Não Terminou. São Paulo: Nova Fronteira, 1991.

# As Universidades e a Repressão da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

## A CASSAÇÃO DE 45 DOCENTES PELA UFRJ

*Lucas Barroso Rego*

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil promoveu uma combinação singular de elementos modernizadores e conservador-autoritários nas universidades. No âmbito modernizante, houve um foco na busca por eficiência, expansão do acesso, fortalecimento da iniciativa privada, organização da carreira docente, e incentivo à pesquisa e à pós-graduação. Em contrapartida, as políticas conservadoras da ditadura envolveram a repressão de ideias progressistas, controle sobre o movimento estudantil, censura a pesquisas e publicações específicas (MOTTA, 2014).

Essa conjunção de fatores resultou na implementação de um sistema repressivo nas universidades. Desde o início do regime, a repressão institucional foi uma realidade nesses espaços, manifestando-se em perseguições, aposentadorias compulsórias, demissões, prisões e torturas de docentes. O cotidiano acadêmico passou a ser rigidamente controlado, com severas punições a qualquer manifestação considerada contrária ao regime.

As universidades foram alvos da repressão militar desde o Ato Institucional nº 1 (AI-1) e, com o decreto-lei nº 477 de 1969, enfrentaram punições severas como expulsão e proibição de reingresso para acusados de “subversão”. Antes disso, instituições como a Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) já tinham mecanismos internos de controle, como o Código Disciplinar 135, que previa sanções variando conforme a gravidade das infrações.

Essa repressão teve um impacto devastador na liberdade de expressão dentro da universidade, atingindo suas bibliotecas, o corpo docente e o desenvolvimento de pesquisas, especialmente nas áreas de ciências humanas, sociais, artes e letras. Além da censura, o período também foi marcado pelo desaparecimento ou assassinato de diversos estudantes e professores.

Em termos gerais, 45 professores foram cassados pela UFRJ entre 1964 e 1985. Destes, 62,5% pertenciam às Ciências Humanas, com destaque para os cursos de Ciências Sociais, enquanto 31,3% eram das Ciências Exatas. A antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) foi fortemente impactada na primeira onda de expurgos, com mais de 70% dos professores expulsos. Na segunda onda, o recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) teve 10 professores cassados com o AI-5 (CASTRO, 2019; QUEIROZ, 2018).

Diante desse cenário, uma análise dos impactos da repressão na universidade pode ser realizada a partir de uma perspectiva que investiga como a conjuntura autoritária afetou a instituição por meio de seus docentes, reconhecendo que um foco particular pode revelar novas abordagens e interpretações (REVEL, 1998).

## As Ondas de Repressão na UB/UFRJ (1964–1969)

A primeira onda repressiva ocorreu nos primeiros meses da ditadura, com foco nas universidades. De acordo com Castro (2019), a "Operação Limpeza" foi deflagrada visando professores politicamente engajados. O AI-1, especialmente o artigo 7, editado em 9 de abril de 1964, foi o principal instrumento para a demissão ou aposentadoria de docentes. Por meio desse artigo, era possível suspender, por seis meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade. Durante esse período, servidores podiam ser demitidos, aposentados ou transferidos se fossem considerados uma ameaça à segurança do país, sem possibilidade de revisão judicial quanto ao mérito dos atos.

Na antiga Universidade do Brasil (UB), nove docentes foram afetados pela repressão, incluindo figuras como Álvaro Borges Vieira Pinto, médico e filósofo; Darcy Ribeiro, antropólogo; e Josué Apolônio de Castro, médico, nutrólogo e geógrafo. Desses, seis pertenciam à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), dois à Faculdade Nacional de Direito (FND) e dois à área de Ciências da Saúde, com apenas um vinculado às Ciências Exatas, mas ligado à licenciatura, evidenciando o foco da repressão nas áreas de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia.

Nesse contexto, dois docentes foram presos em abril de 1964: Plínio Sussekind da Rocha, físico; e Manoel Isnard de Souza Teixeira, professor da Escola de Enfermagem. Em agosto, o físico José Leite Lopes também foi preso. Entre 1964 e 1968, outros professores foram afastados por mecanismos excepcionais além dos Atos Institucionais, como Heleno Cláudio Fragoso, catedrático de Direito Penal; Hugo Regis dos Reis, professor de Astronomia e Geodésia; e Maurício Vinhas de Queiroz, cientista social.

Anos depois, o segundo momento de expurgos foi impulsionado pelo AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968. Três meses após sua promulgação, 23 professores da UFRJ foram aposentados compulsoriamente, incluindo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, historiadora; Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, matemática (ver REGO; QUEIROZ, 2024); Maria Yedda Leite Linhares, historiadora; e Marina São Paulo Vasconcellos, cientista social.

Nessa segunda onda, a repressão na UFRJ foi ainda mais severa. Entre 1969 e 1974, 24 estudantes e 2 professores da UFRJ desapareceram ou foram assassinados pela ditadura, conforme o relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (QUEIROZ, 2018). Os cursos de Física e História foram especialmente afetados, sofrendo uma significativa redução no corpo docente devido às perseguições.

Ao todo, foram cassados 45 docentes pela UFRJ durante o período da ditadura civil-militar (1964–1985). Sendo eles, em ordem alfabética:

1. Abelardo Zalar;
2. Alberto Coelho de Souza\* (\*ministrou aulas na UFRJ, mas foi cassado enquanto estava no Colégio Pedro II);
3. Alberto Latorre de Faria;
4. Álvaro Borges Vieira Pinto;
5. Alvércio Moreira Gomes;
6. Antonio Cláudio Leonardo Pereira Sochaczewski;

7. Augusto Araújo Lopes Zamith;
8. Aurélio Augusto Rocha;
9. Carlos Nelson Coutinho;
10. Darcy Ribeiro;
11. Durmeval Trigueiro Mendes;
12. Elisa Esther Frota Pessoa;
13. Eulália Maria Lahmeyer Lobo;
14. Evaristo de Moraes Filho;
15. Fernando Braga Ubatuba;
16. Francisco Mangabeira;
17. Guy José Paulo de Holanda;
18. Heleno Cláudio Fragoso;
19. Hermes Lima;
20. Hugo Regis dos Reis;
21. Hugo Weiss;
22. Jayme Tiomno;
23. João Cristóvão Cardoso;
24. José Américo da Mota Pessanha;
25. José de Lima Siqueira;
26. José Leite Lopes;
27. José Stamato;
28. Josué Apolônio de Castro;
29. Lincoln Bicalho Roque;
30. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz;
31. Manoel Isnard de Souza Teixeira;
32. Manoel Maurício de Albuquerque;
33. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes;
34. Maria Yedda Leite Linhares;
35. Mário Antonio Barata;
36. Marina São Paulo de Vasconcellos;
37. Max da Costa Santos;
38. Miriam Limoeiro Cardoso Lima;
39. Moema Eulália de Oliveira Toscano;
40. Oswaldo Herbster de Gusmão;
41. Plínio Sussekind da Rocha;
42. Quirino Campofiorito da Rocha;
43. Roberto Pompeu de Souza Brasil;
44. Sarah de Castro Barbosa;
45. Victor Nunes Leal;
46. Wanderley Guilherme dos Santos.

Após a promulgação da Lei de Anistia em 1979, a reitoria, liderada pelo professor Luiz Renato Carneiro da Silva Caldas (1977-1981), buscou reintegrar os anistiados aos seus cargos na UFRJ. Muitos professores retornaram, assim como aqueles que haviam sido expulsos de outras instituições durante os expurgos políticos.



Entre os reintegrados estavam: Abelardo Zaluar, Alvérico Moreira Gomes, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, José Américo da Motta Pessanha, José Leite Lopes, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, Maria Yedda Leite Linhares, Mário Antônio Barata, Moema Eulália de Oliveira Toscano, Quirino Campofiorito da Rocha, Sarah de Castro Barbosa e Oswaldo Herbster de Gusmão.

As universidades brasileiras foram arenas de intensa repressão nos primeiros anos da ditadura civil-militar, com professores politicamente engajados sendo alvos diretos. A “Operação Limpeza” e o AI-1 ilustram a estratégia do regime para consolidar seu controle sobre as instituições de ensino.

A UB/UFRJ foi severamente afetada, com a cassação de 45 professores, destacando-se a FNFfi como alvo principal. O AI-5, em 1968, desencadeou uma nova onda de repressão, resultando na aposentadoria compulsória de 23 docentes. Os impactos desses expurgos foram devastadores, afetando a liberdade de expressão e o desenvolvimento da pesquisa, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais.

Com a Lei de Anistia de 1979, foram feitos esforços para reintegrar os anistiados, permitindo o retorno de muitos professores a suas funções, marcando uma transição para um ambiente acadêmico mais democrático. No entanto, as cicatrizes deixadas por esse período sombrio ainda reverberam, evidenciando a importância de lembrar e refletir sobre essa parte crucial da história brasileira para construir um futuro democrático.

Apesar das tentativas de silenciar as vozes dissidentes, o legado de luta por direitos humanos e compromisso com causas humanitárias permanece, evidenciando a resistência e resiliência diante das adversidades impostas pela ditadura. As histórias desses professores, marcadas por perseguição e tragédia, são testemunhos da coragem daqueles que se opuseram ao regime autoritário em busca de liberdade, justiça, pensamento crítico e democracia.

A trajetória desses docentes transcende o tempo e inspira todos aqueles que valorizam a liberdade, a justiça e os direitos humanos. Que os nomes dos professores cassados pela UFRJ sejam lembrados, e que o conhecimento de suas histórias sirva como um alerta constante contra as ameaças à democracia e à autonomia das instituições de ensino no Brasil.

### Referências Bibliográficas

CASTRO, Fernanda Souza de. **A repressão aos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro, 2019. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, 2019. Disponível em: [pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16725/1/FSCastro.pdf](https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16725/1/FSCastro.pdf). Acesso em: 09 dez. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985). *In: Encontro de História da ANPUH-Rio*, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2018.

REGO, Lucas Barroso; QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Ditadura, Repressão e Resistência: o caso de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013). Revista de Ciências Humanas. Frederico Westphalen, RS: PPGE/URI, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/4843>. Acesso em: 17 set. 2024.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escala. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1. p. 15-38.

# Anistia Migratória de 1981

## INSTRUMENTO DE CONTROLE OU AMEAÇA À SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA MILITAR?

*Guilherme Borges da Silva*

Nos anos 1980, com o fim da ditadura militar no Brasil, o país enfrentou uma transição gradual para a democracia, mantendo ainda políticas influenciadas pela segurança nacional e o autoritarismo. Nesse contexto, a promulgação do Estatuto do Estrangeiro em 1980, seguida pela Lei nº 6.964/1981, refletiu uma postura excludente em relação aos imigrantes, embora tenha introduzido a primeira anistia migratória, permitindo a regularização provisória de estrangeiros em situação não-documentada. Essas medidas, no entanto, foram vistas como respostas paliativas às pressões internas e externas, evidenciando o conflito entre a abertura democrática e os resquícios da doutrina de segurança do regime militar. O objetivo deste artigo é analisar como a anistia migratória foi empregada como instrumento político pelas autoridades do regime, integrando-se aos aparatos de controle em nome da “segurança nacional”.

Os anos 1980 foram marcados pelo final do regime ditatorial no Brasil, que terminou oficialmente em 1985. Durante essa década, o Brasil vivenciou um período de transição política gradual e controlada, conduzida pelos militares, que buscavam garantir uma transição “segura e progressiva” para o regime democrático. Esse processo foi caracterizado por um cuidado meticuloso em evitar rupturas radicais na política interna e externa do país, com a autonomia nacional sendo um elemento central na balança entre a viabilidade interna e a permissividade internacional. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2017).

No cenário internacional, o Brasil do regime militar adotou uma postura cautelosa em relação à adesão a normas e leis internacionais, especialmente durante a década de 1970 e início de 1980, quando a promoção dos direitos humanos ganhou destaque global, incluindo a proteção dos direitos dos migrantes. Esse contexto global de disseminação dos valores liberais dos países desenvolvidos não encontrou resposta uniforme entre as nações periféricas, como foi o caso do Brasil, onde a noção de autonomia, desde os anos 1970, era vista como um caminho para a emancipação da dependência externa. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2017).

A transição democrática brasileira, sendo gradual, também implicou uma mudança progressiva na política externa. Um exemplo desse cuidado em manter a autonomia foi a postura do Brasil em relação à Convenção nº 143 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1975. A convenção visava assegurar tratamento igualitário entre trabalhadores nacionais e imigrantes. No entanto, a legislação brasileira vigente à época já estabelecia um tratamento diferenciado entre estrangeiros e nacionais, abarcando não apenas a esfera trabalhista, mas também aspectos políticos e sociais. Por essa razão, a convenção foi rejeitada pelo governo militar, que via nela uma ameaça à segurança nacional. (DE ARAÚJO OLIVEIRA, 2022)

Nesse contexto, o Brasil optou por criar sua própria legislação para tratar das questões migratórias, o que levou à promulgação do Estatuto do Estrangeiro em 1980. Essa lei, sancionada pelo então presidente General João Batista Figueiredo, refletia os resquícios do autoritarismo, com diretrizes fortemente influenciadas pelos chamados "interesses nacionais" e a "segurança nacional e institucional do país". A aprovação do Estatuto do Estrangeiro ocorreu em meio a grande tensão política, sem consulta à opinião pública e com uma tramitação acelerada no Congresso Nacional. (PIRES JÚNIOR; TORELLY, 2010).

A promulgação do Estatuto do Estrangeiro gerou diversas críticas, tanto internamente quanto no cenário internacional. Um dos principais pontos de crítica foi a perspectiva excludente em relação ao ingresso e permanência de não nacionais no Brasil. Mesmo com as modificações pontuais trazidas pela Lei nº 6.964, de 1981, que introduziu algumas alterações ao Estatuto, a abordagem geral permaneceu inalterada, centrada na segurança nacional.

A Lei nº 6.964/81, promulgada em dezembro de 1981, trouxe, no entanto, uma mudança significativa: a concessão da primeira anistia migratória no Brasil. Através dessa lei, foi incluído o artigo 134 no Estatuto do Estrangeiro, dispondo sobre a possibilidade de regularização de migrantes em situação não documentada no país. Essa anistia permitiu que alguns migrados sem documentação adequada pudessem regularizar sua situação, exercendo atividades remuneradas e se locomovendo livremente pelo território nacional.

Em 1981, a primeira concessão de anistia no Brasil beneficiou 39 mil migrantes. No entanto, as alterações limitadas feitas no Estatuto do Estrangeiro não foram suficientes para diminuir a repercussão negativa da legislação, nem para atenuar a pressão pública que exigia mudanças na política migratória. Nesse contexto, o governo enviou ao Congresso a "Mensagem 325", propondo alterações à Lei 6.815, que culminaram na aprovação da Lei 6.964, de 09 de dezembro de 1981. Essas mudanças incluíram, entre outras coisas, a concessão de vistos temporários para ministros religiosos e a proteção contra a expulsão de estrangeiros com cônjuges ou filhos brasileiros. No entanto, apesar dessas alterações, o regime geral de precarização dos estrangeiros permaneceu intacto, preservando a discricionariedade do poder executivo e limitando o controle jurisdicional. (SPRANDEL, 2015)

No ano seguinte, o governo apresentou outro projeto de lei para modificar o Estatuto do Estrangeiro, que foi rapidamente aprovado pelo Congresso. Embora a nova lei mantivesse o foco na segurança nacional, ela incorporou algumas críticas da oposição e de organizações sociais. Isso incluiu a referência aos missionários religiosos na concessão de vistos, possivelmente em resposta à resistência da Igreja e ao caso Vito Miracapillo, e a alteração de dispositivos relacionados à delação e à expulsão de estrangeiros com cônjuges ou filhos brasileiros.

Mesmo com essas modificações, o estatuto revisado de 1981 manteve o caráter original, com grande arbitrariedade administrativa, poucas oportunidades de controle jurisdicional e restrições significativas aos direitos políticos e de liberdade de expressão dos imigrantes. A Comissão Episcopal de Pastoral elogiou algumas dessas mudanças, mas o Estatuto ainda consolidava práticas arbitrárias que precarizavam a situação dos estrangeiros e imigrantes no país. A aprovação sem ressalvas do projeto revisório de 1981 revelou que a soberania nacional e a tradição securitária eram valores profundamente enraizados no Congresso. Isso indicava a continuidade da competência facultativa do poder executivo no tratamento de estrangeiros, especialmente daqueles considerados indesejáveis.

A concessão de anistias migratórias tornou-se um mecanismo importante ao longo da vigência do Estatuto do Estrangeiro, com o Brasil implementando anistias em quatro ocasiões distintas: em 1981, 1988, 1998 e 2009. Essas anistias, embora pontuais e restritivas, foram essenciais para a regularização de milhares de migrantes, garantindo a eles a possibilidade futura de acesso à direitos básicos e melhores condições de vida no Brasil. No entanto, essas medidas eram apenas paliativas e não resolviam a questão mais ampla da regularização dos migrados no país, pois o Estatuto impunha exigências rigorosas para a legalização de estrangeiros, funcionando também como um mecanismo de controle político e ideológico sobre os imigrantes.

As anistias migratórias, embora significativas, não alteraram a natureza excludente do Estatuto do Estrangeiro, que permanecia alinhado à doutrina de segurança nacional adotada durante o regime militar. A política migratória brasileira durante esse período seria marcada por uma forte discricionariedade do poder executivo e por um controle legal extremamente limitado, com poucas oportunidades para a documentação de imigrantes que não atendessem aos critérios restritos estabelecidos pela lei.

A aprovação da Anistia Migratória em 1981, portanto, refletia as tensões e contradições da transição democrática brasileira. Por um lado, o governo militar buscava manter o controle sobre o processo de abertura política, evitando mudanças radicais que pudessem ameaçar a segurança nacional. Por outro, a sociedade civil e setores mais progressistas pressionavam por uma política migratória mais inclusiva e alinhada aos princípios dos direitos humanos que estavam ganhando força no cenário internacional.

Apesar das críticas e pressões, o Estatuto do Estrangeiro se manteve em vigor por quase quarenta anos, sendo substituído apenas em 2017 por uma nova legislação migratória que visava romper com o legado autoritário e promover uma abordagem mais humanitária e inclusiva. A trajetória das anistias migratórias no Brasil desde 1981 ilustra a complexidade das dinâmicas políticas e sociais da transição democrática, ao mesmo tempo em que destaca a persistência do controle social sob o pretexto de segurança nacional. Essa persistência dos mecanismos de controle evidencia as dificuldades na construção de uma política migratória brasileira que visa superar o autoritarismo e avançar em direção a um sistema mais justo e respeitador dos direitos humanos.

### Referências Bibliográficas

DE ARAÚJO OLIVEIRA, Pedro Carlos. Política migratória durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985): reflexos da doutrina da segurança nacional. *Revista Trilhas da História*, v. 11, n. 22, p. 33-49, 2022.

PIRES JÚNIOR, Paulo Abrão; TORELLY, Marcelo Dálmas. As razões da eficácia da lei de anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e justiça em relação as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, v. 8, n. 8, p. 183-219, 2010.

SPRANDEL, Marcia Anita. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 23, p. 145-168, 2015.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 30-39.

# Os 60 anos do golpe civil-militar no Brasil

ECOS DA GRANDE IMPRENSA

*Camila Macedo Ruiz  
Damaris de Jesus Santos  
Danilo de Castro Papetti  
Flora Peterle de Andrade  
Iaritsa Jade Lima Freitas\**

Março de 2024 marcou o sexagenário do início da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), repercutindo de diversas maneiras no governo, na mídia e na sociedade civil. A ausência de posicionamento por parte do Poder Executivo fez com que o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fosse amplamente criticado por aqueles que acreditam na necessidade de uma política de memória. Neste texto, apresentamos uma análise dos materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo sobre o assunto, com base no levantamento feito nos resumos do Informe Brasil, do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas, do GEDES. O objetivo central é compreender, a partir das lentes da grande imprensa, de que forma os 60 anos do golpe foi retratado entre os meses de março a maio de 2024. O texto inicia com uma breve contextualização do ambiente político nestes meses e, posteriormente, investiga a posição dos referidos periódicos.

É possível observar um crescente interesse da grande mídia impressa a respeito dos debates em torno do regime militar brasileiro desde o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), principalmente em razão dos controversos posicionamentos do ex-presidente que reavivavam um discurso saudosista do período ditatorial. No início do ano 2024, aniversário do golpe civil-militar de 1964, os jornais resgataram uma pauta de meados de 2023, destacando a continuidade de protestos de setores da sociedade civil contra a decisão do governo do estado de São Paulo de homenagear o coronel Erasmo Dias, expoente da ditadura, atribuindo seu nome a um trecho de uma rodovia paulista. Já em março, o debate aqueceu e setores da esquerda organizaram manifestações pela memória do golpe militar. Em direção contrária, o governo federal orientou os Ministérios para que evitassem atos de memória. A recusa do presidente Lula da Silva em apoiar amplamente as discussões sobre o golpe de 1964 por não desejar "remoer o passado" teve grande repercussão.

Ao longo dos dias, as pressões em prol de uma postura governamental mais afirmativa em relação ao sexagenário do golpe foram aumentando. Por exemplo, o Ministério Público Federal acionou a justiça para que o Estado brasileiro responsabilize 42 agentes da Ditadura Militar (1964-1985) pelos crimes de tortura e desaparecimento de opositores. Entre os investigados estão o ex-coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e mais 25 ex-membros do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, como o ex-delegado Sérgio Paranhos Fleury, e 16 ex-servidores do Instituto Médico Legal (IML) paulista.

No dia 29 de março, contrariando as expectativas, o presidente Lula manteve o veto a qualquer tipo de manifestação oficial, inclusive aquelas planejadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que envolviam mobilização de grandes canais de comunicação para rememorar o golpe. Mesmo assim, no dia 31 de março, diversas capitais brasileiras foram tomadas por manifestações sociais de repúdio ao regime militar.

Em abril, ainda havia efervescência sobre o tema. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados inauguraram uma exposição que destacava os crimes perpetrados durante a Ditadura. Também no mesmo mês, a Comissão de Anistia realizou o julgamento de reconhecimento da culpa do Estado na perseguição, tortura e morte de indígenas dos povos Krenak e Guarani-Kaiowá durante o período da Ditadura Militar. O julgamento resultou no primeiro pedido de desculpas a um grupo de forma coletiva. Além disso, foi concedida pela Comissão, no mesmo mês, a anistia à Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura.

Junto às pressões sociais e políticas sobre o governo Lula, estava a cobrança para a reativação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta durante o mandato de seu antecessor por motivos ideológicos e negacionistas. Embora Lula tenha optado por uma relação não conflituosa com as Forças Armadas, o governo reativou tal comissão em 04 de julho. Pouco antes, contou com a "benção" de oficiais do alto escalão do Exército, fato que sinalizou a fragilidade das relações civis-militares no terceiro governo Lula.

Essa breve exposição dos fatos ocorridos nos primeiros meses de 2024 indica que os 60 anos do golpe civil-militar brasileiro repercutiram por todo cenário político. A efeméride também foi discutida e lembrada pelos principais veículos de comunicação do país. Os jornais Folha de S. Paulo, Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo publicaram, entre março e maio de 2024, editoriais, reportagens, entrevistas e colunas opinativas sobre o assunto. Observa-se um esforço desses três periódicos em resgatar a memória da ditadura militar e debater o tema, relacionando-o com fatos ocorridos na atualidade. Porém, é importante ressaltar que cada um dos três jornais analisados atribuiu diferentes graus de importância ao tema e os demonstram através de seus posicionamentos.

O periódico que mais cedeu espaço para colunas opinativas sobre os 60 anos do golpe foi a Folha de S. Paulo. A ausência de apoio a atos em memória ao 31 de março por parte do governo Lula foi amplamente discutida e criticada pelos colunistas deste jornal. A importância do cultivo e estabelecimento da memória da Ditadura Militar também foi abordada de maneira geral pelos colunistas em suas produções, com professores, ativistas e jornalistas destacando a importância de se preservar esta memória. Dentre os modos de lembrar o evento da ditadura apontados por eles estão: o questionamento sobre a Lei de Anistia (1979) e a crítica sobre as práticas de homenagens a participantes do golpe e expoentes da ditadura; a menção a ativistas e pessoas torturadas e mortas durante o período; a comparação com a maneira com que outros países trataram suas ditaduras e as transições para a democracia (menção específica ao Chile); a valorização de ações do Estado como reconhecimento de intolerância cultural cometida contra indígenas e suas consequências até a atualidade; e o questionamento de produções da época que incitam o período ditatorial como a afirmação do "milagre econômico", através de novos estudos revisionistas.

Para além da importância de se lembrar o período da ditadura e o que ocorreu ao longo de sua duração, a maioria dos colunistas também defendeu a valorização da democracia e do Estado Democrático de Direito e

Direito e o uso da memória da ditadura com essa intenção. A própria Folha de S. Paulo foi um periódico que apoiou o golpe no momento em 1964 e agora busca revisar seus posicionamentos sob a premissa de “olhar honestamente para seu passado, aceitar seus erros e aprender com eles”, como afirmado por uma de suas colunistas, a professora Cláudia Plens.

O Correio Braziliense, por sua vez, também apresentou um significativo número de colunas que abordavam os 60 anos do golpe civil-militar, todavia bem menor em comparação com a Folha de S. Paulo. Professoras colunistas publicaram textos que buscavam estimular o diálogo aberto sobre os movimentos de resistência da época, em especial dentro de Universidades. Também foi feita referência à presença de abordagem cultural da temática que perdura até a atualidade, como o Grupo Opinião, conjunto carioca que promovia teatro de protesto e resistência nos anos 1960 e foi reativado, na atualidade, a fim de promover a memória sobre a ditadura. Assim como a Folha, o Correio Braziliense também enfatizou a importância da criação e estabelecimento de memória da temática e sua importância para a valorização e manutenção da democracia. Também houve menção crítica à ausência de pronunciamento do governo Lula, principalmente devido ao ocorrido na tentativa de 8 de janeiro de 2023, que, na visão do jornalista Evandro Éboli, deveria instigar um pronunciamento da presidência.

O jornal O Estado de S. Paulo foi o que menos publicou textos de opinião sobre o assunto. Destaca-se a coluna de um professor da Universidade de Brasília quanto à importância da memória, discutindo também a influência brasileira em outras ditaduras latinas, entrando em confluência com os demais periódicos na primeira parte. Também foi publicado um editorial no qual o Estadão se posicionou de maneira a congratular o atual apoio do Exército à reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que na visão do jornal contrasta com a recepção negativa da instituição militar à Comissão Nacional da Verdade em 2012. Na avaliação do Estadão, tal mudança pode refletir uma possível despolitização dos quartéis e o restabelecimento do caráter institucional das Forças Armadas.

Em conclusão, os fatos e posicionamentos analisados neste texto revelam uma situação frágil no Brasil. A sociedade civil, embora presente e organizada, se mostra insuficiente para combater as distorções históricas da ditadura; enquanto o governo federal renuncia seu papel de manter a memória viva. Os veículos de comunicação aqui analisados aproveitaram a ocasião dos 60 anos do golpe para criticar o governo federal, peça fundamental no processo de promoção da democracia do país. A noção que prevaleceu na cobertura jornalística foi a desmobilização de atos que visavam lembrar o significado do período ditatorial.

Passado o período de aniversário do golpe, a contradição do governo federal destaca-se por suas possíveis consequências. A eleição da gestão atual deveu-se em grande parte ao seu discurso democrático, que se choca com a negligência do governo federal quanto ao sexagenário. Trata-se de equilíbrio frágil demais: se por um lado as críticas da esquerda poderiam ter sido facilmente evitadas por uma ação mais assertiva do governo; por outro, este mesmo governo desejou não correr o risco de causar o descontentamento dos militares.

\*texto produzido no âmbito das atividades extensionistas da disciplina “Estudos de Defesa”, do curso de Relações Internacionais da UNIFESP, ministrada pela Profa. Juliana Bigatão Puig.



# “Pela memória do coronel Ustra”

## A EXALTAÇÃO DA DITADURA MILITAR POR JAIR BOLSONARO

*Guilherme Theodoro Gusson*

“Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, meu voto é sim!”.

Foram com essas palavras que Jair Bolsonaro, então deputado federal, declarou seu voto favorável ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em abril de 2016, causando revolta em deputados e ativistas, que consideraram execrável tal atitude. O coronel Brilhante Ustra, homenageado por Bolsonaro – e posteriormente considerado por ele um herói nacional –, chefiou o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operação de Defesa Interna (DOICODI) do Exército em São Paulo, um dos maiores órgãos de repressão do governo militar, entre 1970 e 1974. Sob seu comando, o DOI-CODI foi responsável por mais de 40 assassinatos, além de mais de 500 casos de tortura – entre eles, mulheres, crianças e, claro, Dilma Rousseff.

Esta não foi a primeira vez – nem seria a última – que Bolsonaro exaltou publicamente a ditadura militar e aqueles que a levaram a cabo. Ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro buscou consolidar uma narrativa na qual o período do ditatorial fosse visto como um passado idílico. Longe de ser uma simples nostalgia, este posicionamento cumpre um papel estratégico na construção e legitimação de um renovado projeto autoritário no Brasil, como será visto adiante.

Um dos primeiros momentos em que o então deputado passou a ganhar notoriedade nacional foi a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, para investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar. Bolsonaro passou a se opor abertamente à CNV e agiu para tentar barrar as investigações em locais suspeitos de sediarem torturas e outros crimes cometidos pelos militares (Almada, 2021).

Ademais, tanto em seus anos como parlamentar quanto como presidente, Bolsonaro demonstrou repetidamente sua admiração pelo governo militar, celebrando o aniversário do golpe como a “segunda data da independência” do Brasil e aparecendo em vídeos nas redes sociais soltando fogos em comemoração. Em abril de 2019, o governo Bolsonaro até mesmo enviou um telegrama à ONU afirmando que não houve golpe de Estado em 1964, mas sim “um movimento político legítimo que contou com o apoio do Congresso e do Judiciário, bem como a maioria da população” e que havia sido algo necessário para afastar do Brasil a crescente ameaça comunista.

A estrutura narrativa mobilizada por Bolsonaro acerca da ditadura militar possui em seu substrato um revisionismo histórico que promove uma distorção – e até mesmo um apagamento – do passado ao negar a repressão, as perseguições políticas e quaisquer violações de direitos humanos perpetradas ao longo do regime militar, reafirmando, em contrapartida, o caráter supostamente heroico dos militares ao salvarem a democracia brasileira (Almada, 2021). Antes confinadas às margens do discurso político, estas narrativas passaram a ser cada vez mais disseminadas por meio de blogs e mídias sociais de direita, e sua popularidade foi vista em prática nos pedidos por intervenção militar em manifestações populares, sobretudo a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013 (Bivar, 2020; Signates, 2019). Porém, seu alastramento tomou um caminho ainda mais significativo ao ser habilmente instrumentalizada pelo ex-presidente, fato que pode ser compreendido a partir da retórica reacionária que compõe o perfil político bolsonarista, que coloca como ideal a ordem social e política dos tempos ditatoriais.



Jair Bolsonaro, então deputado, posa para foto com faixa de comemoração de 50 anos do golpe militar brasileiro, em 2014. Fonte: [O Globo](#).

### A lógica reacionária e o anti-comunismo no governo Bolsonaro

De modo simplificado, é possível separar as linhas ideológicas da política moderna em três grandes grupos. O primeiro deles é o socialismo, cujo valor primordial é a igualdade; o segundo é o liberalismo, que advoga sobretudo pela liberdade e pelos direitos individuais; por fim, temos o conservadorismo, que orbita em torno de tradições e valores culturalmente enraizados em uma sociedade, prezando por preservar o status quo social e se opondo, portanto, às grandes mudanças. Em sua manifestação mais radical, o conservadorismo se torna reacionário, e busca não mais preservar os valores e instituições, mas sim destruir a ordem existente e retornar a um passado idílico (Lynch, Cassimiro, 2022).

Segundo o imaginário reacionário contemporâneo – compartilhado por muitos líderes e apoiadores das ultradireitas ocidentais –, o Estado moderno teria conduzido a sociedade rumo a uma decadência moral ao secularizar da vida pública e promover valores que aos poucos solapavam a primazia das famílias tradicionais

– como a concessão de direitos à população LGBTQIA+. Seu destino inevitável seria, pois, o comunismo[1], que viria apenas para concretizar a supressão da propriedade privada, promover a ideologia de gênero e tirar de vez os direitos dos “cidadãos de bem”. Dessa forma, seria imperativo o retorno a uma antiga ordem social de primazia dos valores tradicionais, isto é, de uma civilização judaico-cristã ocidental, anti-iluminista, que rechaça o pluralismo, o Estado de Direito e a laicidade.

No caso do Brasil, o passado mítico ao qual se deveria retornar é o da ditadura militar, período em que houve, sob a ótica reacionária, o primor dos valores tradicionais, do patriotismo, da segurança, da “verdadeira” soberania popular e da retidão política, livre de qualquer tipo de corrupção.

Esta retórica revisionista se alicerça sobre livros como Orvil – Tentativas de tomada do poder, escrito anonimamente por militares em 1985, e, principalmente, A Verdade Sufocada, do coronel Brillhante Ustra – o qual Bolsonaro já afirmou ser seu livro da cabeceira. De acordo com tal narrativa, a harmonia da sociedade brasileira teria sido abalada em meados do século XX pela ameaça do comunismo, orquestrada por políticos corruptos, professores marxistas e seus alunos manipulados e toda sorte de subversivos que tramavam para tomar o poder. Para salvar a democracia brasileira, a liberdade dos cidadãos de bem e os valores nacionais, as Forças Armadas heroicamente entraram em ação e se apossaram das instituições governamentais a fim de expurgar tudo aquilo que ameaçava a integridade do país – contando, para isso, com o apoio do povo. Neste imaginário, a “revolução” de 1964 e a instauração de um governo autoritário teria sido, pois, um remédio amargo, mas necessário, que os militares tiveram que tomar para salvar o Brasil dos tentáculos do radicalismo da esquerda (Bivar, 2020; Lynch, Cassimiro, 2022).

Seguindo esta linha de pensamento, após a redemocratização, em 1985, o país teria passado por um novo processo de inversão de valores e distorção da realidade, de modo que os verdadeiros heróis – isto é, os militares – passaram a ser pintados como personagens cruéis da história do Brasil pelos revisionistas da esquerda, e o maior exemplo disso teria sido a instauração da CNV. Na Nova República, portanto, o comunismo teria assumido uma nova roupagem – como o ativismo de direitos humanos e a ideologia de gênero, por exemplo – de modo que os militantes e terroristas da revolução comunista frustrada – entre eles, a Presidenta Dilma Rousseff – teriam finalmente subido ao poder e agora conduziriam este processo de subversão dos valores tradicionais e da identidade nacional. Nas palavras do próprio Jair Bolsonaro, “os perdedores de 1964 hoje estão no Poder, na busca do seu caminho, de um regime não aceito pelo povo brasileiro” (Brasil, 2012, p. 9543).[2] Nesta esteira de pensamento, a ditadura se torna democracia, e a democracia, ditadura, de modo que, ao fim do regime militar, o povo teria voltado a ter sua verdadeira liberdade ameaçada pelos comunistas e seus governos corruptos (Lynch, Cassimiro, 2022).

Assim, tal como Ustra, Bolsonaro ecoou a mesma narrativa de combate ao “perigo vermelho” em inúmeras ocasiões, enaltecendo, dessa maneira, o período ditatorial como um passado idílico. Além disso, utilizando-se da mesma estratégia de outros líderes da direita radical ao redor do mundo, o capitão aposentado reforçou ainda seu discurso anti-inimigo ao tentar imputar ao Partido dos Trabalhadores não somente a culpa por todas as mazelas que assolavam o país, como também um conluio revolucionário que pretendia transformar o Brasil em uma nova Cuba (ou Venezuela). Dessa combinação de fervor nacionalista e anti-comunista resultou um dos principais slogans bolsonaristas, constantemente repetido tanto pelo ex-presidente quanto pelos seus apoiadores: “nossa bandeira nunca será vermelha”.

Com isso, Bolsonaro buscou se apresentar como um restaurador da antiga ordem, com um projeto governista de recuperar a identidade nacional e religiosa do Brasil e a verdadeira vontade do povo, bem como proteger as instituições democráticas que estavam sendo solapadas pela esquerda. Sua eleição em 2018, portanto, poderia ser “interpretada como equivalente ao golpe de 1964 – nova ‘revolução conservadora’ a salvá-los [os cidadãos de bem] mais uma vez do comunismo” (Lynch, Cassimiro, 2022, p. 124).

O que se evidencia, mediante desta análise, é que a estrutura narrativa de evocação do regime militar como um passado glorioso da história do Brasil – revisionismo este que faz parte da estratégia da direita radical –, tem o objetivo de dar legitimidade a novos projetos políticos de caráter autoritário que, em tese, seriam respostas (legítimas) à iminente ameaça comunista existente no país. Estes projetos, como outros passados, articulam, em seu arcabouço, um reacionarismo nacionalista-religioso e traduzem-se no cerceamento de liberdades e direitos daqueles que não são entendidos como parte do ethos nacional e, portanto, configuram-se como ameaças à identidade do país e à própria democracia.

Chama a atenção que tal retórica não somente é compartilhada por um grupo de políticos cada vez maior, como também encontra respaldo em uma enorme parcela da população. O alastramento de tais ideias é visto na frequência de pedidos por intervenção militar em manifestações populares – por vezes com camisetas com os dizeres “Ustra Vive” – em períodos anteriores e posteriores ao governo Bolsonaro, e no fato de o ex-presidente, mesmo que impossibilitado de participar de eleições, ainda consiga mobilizar milhões de brasileiros. Talvez o maior exemplo disso tenha sido os episódios de 8 de janeiro de 2023, em que centenas de apoiadores revoltados (e descrentes) com a derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais – e inspirados pela invasão ao Capitólio após a derrota eleitoral de Donald Trump nos EUA – tomaram os prédios públicos de Brasília em uma frustrada tentativa de golpe de Estado.

Acontecimentos como estes apenas comprovam o enraizamento do revisionismo histórico e da constante exaltação bolsonarista pelo autoritarismo, pela violência e pelo rechaço aos princípios democráticos, tornando ainda mais evidente a necessidade de continuar a lançar luz a estes antigos desafios.

### Referências Bibliográficas

- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional Da Verdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 36, n. 106. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CZWVW6TYjyzGpPnYG9Nnyfr/#>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BIVAR, Vinícius. ‘Long Live the Polarization’: The Brazilian Radical Right and the Uses of the Past under Jair Bolsonaro. In: VALENCIA-GARCÍA, L. D. (ed.). *Far-right revisionism and the end of history: alt / histories*. New York: Routledge Taylor & Francis Group. 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Ordem do Dia. Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXVII, n. 47. 30 mar. 2012. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAR2012.pdf#page=>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Ed. Contracorrente. 2022.
- SIGNATES, Luiz. Nostalgia e demonização: o senso comum do apoio ao intervencionismo militar no Brasil antes de Bolsonaro. *Novos Olhares*, vol. 8, n. 1. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/153583>. Acesso em: 15 ago. 2024.

# Fronteiras que nos Herman, Limites que nos Separam

O RIO GRANDE DO SUL ENQUANTO UM  
ESPAÇO CRÍTICO À SEGURANÇA  
NACIONAL

*Darlise Gonçalves de Gonçalves*

Ser uma região de fronteira foi, sem dúvidas, uma das principais particularidades do estado do Rio Grande do Sul durante a ditadura militar de 1964. Por tal aspecto foi considerado uma região sensível à segurança nacional. Isso se deu devido ao fato de ser um local de passagem de opositores do regime que migravam para fora do país. Entretanto a fronteira que acolhe e liberta é ao mesmo tempo a fronteira que reprime, ou seja, não podemos pensar essa vasta fronteira enquanto um espaço completamente fluido e homogêneo em suas possibilidades de Travessia durante todo o período ditatorial, pois muitas vezes essa se tornava uma espécie de “ratoeira” servindo muito mais aos interesses da repressão.

Nessa região as trocas de informações e perseguições extraterritoriais eram rotina muito antes da Condor bater suas asas sobre o Cone Sul. Essa mútua cooperação se deu tanto devido a laços de solidariedade entre camaradas de armas de ambos lados inseridos em uma dinâmica de integração cotidiana, quanto a partir da definição de fronteiras ideológicas vigente no período, fazendo com que ao longo daqueles anos muitos agentes da ditadura transitassem entre os três países (Brasil, Argentina e Uruguai) sem prejuízos à soberania nacional.

Dado as especificidades das dinâmicas complexas desses espaços fronteiriços, vamos aqui nos ater ao caso das conexões estabelecidas entre Brasil e Uruguai. Isso porque, além do Rio Grande do Sul ser o único estado brasileiro a fazer fronteira com esse país, o Uruguai vai ser o destino da primeira geração de exilados brasileiros. O que consequentemente faz com que a repressão passe a observar de perto não apenas o inimigo interno residente e atuante em território brasileiro, como também seus inimigos exilados em Solo Oriental e as conexões estabelecidas entre esses dois grupos através das fronteiras gaúchas.

Destarte, os limites geográficos e políticos da linha que separa os dois países se apresentam da seguinte forma: Um terço desse limite se define enquanto fronteiras secas, o que de acordo com Silveira (2014) facilitaria as rotas de exílio, pois “significa avaliar que poderia não ser necessário passar por pontos de fiscalização na fronteira” (p.88). São exemplos disso, na região sul do estado a existência de conexões a partir de propriedades existentes nos municípios de Herval e Arroio Grande (RS) que serviam de refúgio ou espaço de Travessia para aqueles que necessitavam circular clandestinamente entre os dois países. Logo, cabe destacarmos que, para observarmos esses espaços, estamos apoiando nossa análise em uma perspectiva de fronteira zona, a partir da qual a fronteira se apresenta para além dos municípios geograficamente situados na linha divisória entre os países.

Nessa mesma perspectiva analítica cabe mencionarmos a importância de espaços tidos enquanto segunda fronteira, estes que por sua vez podem ser definidos enquanto cidades populacionalmente maiores, situados a uma distância considerável da fronteira e que para a atividade de resistência foram fundamentais enquanto centro de rearticulação das Travessias. Pois, eram nelas que os indivíduos que necessitassem fazer a passagem paravam para “tomar um fôlego” e avaliar as rotas possíveis para a saída do País.

A fronteira Brasil/Uruguai possui ainda cidades gêmeas: Santana do Livramento/ Rivera e Santa Vitória do Palmar/Chuy, e aquelas conectadas por pontes como Jaguarão/ Rio Branco. Espaços onde as relações da vida cotidiana se baseiam em uma forte integração entre seus habitantes. Isso demanda que a realização das Travessias se mescle à lógica da vida cotidiana desses lugares, pois os olhos da repressão estão atentos a esses espaços. Nessa perspectiva, também devemos mencionar a região de Aceguá/Aceguá dada a sua proximidade com a cidade gaúcha de Bagé (distante 60 km da fronteira). Bagé foi um importante reduto trabalhista no estado, que desempenhou manifestações de apoio à legalidade durante as movimentações golpistas que derrubaram Jango. Após o golpe e a consequente Operação Limpeza a cidade converteu-se em um centro de apoio e sustentação da ditadura.

Para além das questões geográficas e políticas já mencionadas, cabe mencionarmos os aspectos culturais que entrelaçam esses dois países, uma vez que gaúchos partilham com uruguaios mais laços comuns do que aqueles existentes com o restante do Brasil. Isso vem desde a formação das fronteiras coloniais nesses espaços, o que forjou uma vivência partilhada. Logo, devemos observar a solidariedade existente nesses espaços dentro de uma perspectiva de longa duração, fazendo com que as Travessias pela região estejam inseridas nas práticas cotidianas *savoir-passer* (DORFMAN, 2009) existentes nesses lugares. Sendo assim, concluímos que essa solidariedade fronteiriça está significativamente atrelada a ideia de sociabilidade pontuando a importância de tal atividade enquanto elemento identitário e cultural típico dessa região.

Esse traço cultural partilhado com os vizinhos platinos, algo tão particular dos gaúchos; a presença de uma significativa comunidade de exilados brasileiros próximos a fronteira; o fato de o Rio Grande do Sul ser historicamente um reduto trabalhista, ou seja, um espaço que apoio as ideias defendidas pelo partido deposto e onde seu povo nutria laços de simpatia pelas lideranças petebistas exiladas. Esse somatório de elementos fez com que em meados de 1964 o Itamaraty enviasse uma Missão Especial para inspeção consular nas repartições situadas na fronteira com a República Oriental do Uruguai e a Argentina. Essa “visita” tinha por objetivo averiguar as entradas e saídas do País em um claro intuito de cercear o trânsito dos opositoristas da ditadura.

Com intuito semelhante de controle das fronteiras, em 1968 o Rio Grande do Sul foi um dos nove estados atingidos pela Lei nº 5.449. Sendo aquele com o maior número de cidades apontadas enquanto áreas de interesse da segurança nacional, um total de vinte e uma. Ambas as medidas são exemplos demonstrativos da importância e centralidade estratégica do estado do Rio Grande do Sul na perspectiva de Guerra Revolucionária adotada pela ditadura.

Embora nos últimos anos tenham ocorrido significativos avanços no campo das produções historiográficas sobre a ditadura brasileira, como por exemplo, a descentralização dos estudos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, ainda existe uma certa dificuldade em complexificarmos as visões sobre as dimensões espaciais e temporais referentes ao período (FRANCO, 2021).

Embora, já tenhamos excelentes reflexões que se voltem para as múltiplas “histórias locais”, existe em nosso campo uma significativa dificuldade de articulação dos poucos estudos monográficos voltados para as especificidades dos espaços periféricos com produções mais amplas. Isso faz com que ainda, para alguns casos, se apresente o entendimento de que as vivências ocorridas em grandes centros podem ser estendidas, sem maiores problematizações, para explicar as formas como a ditadura foi experienciada nos interiores do país.

Sendo assim, no caso apresentado, compreender o território gaúcho como um espaço de movimentações e articulações políticas é fundamental para conceber o papel desempenhado pelo estado na organização da repressão e da resistência. Ou seja, ao olharmos para as vivências nesses pequenos centros e espaços fronteiriços levando em conta suas dinâmicas próprias e as conexões entre periferia e centro, poderemos perceber, dentre muitas outras coisas de que maneiras o autoritarismo daqueles anos afetou a vida das pessoas que não estavam organicamente organizadas nas fileiras dos grupos de esquerda. Nesse sentido, ao desvelar tais violências, esta prática poderia gerar um efeito de “autorreconhecimento”, e potencialmente produzir no presente um efeito na população em geral de rechaço às práticas autoritárias. Logo, ao tornarmos mais complexos nossos marcos de compreensão desse período estaremos contribuindo para com a função pedagógica do Nunca Mais, exercício que se torna mais que necessário diante dos negacionismos vivenciados na atualidade.

# Entrevista

COMARIA CECÍLIA DE OLIVEIRA ADÃO

*Ana Penido*

**Maria Cecília de Oliveira Adão** é conselheira civil da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), recentemente reinstalada no Brasil. É doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca. Foi membro da diretoria da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED (2014-2016) e é professora do Claretiano - Centro Universitário. É também pesquisadora de diversos grupos, entre eles o Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

**Ana Penido: Por que escolheu pesquisar forças armadas?**

**Maria Cecília:** Depois de estudar a participação feminina em movimentos de resistência relativos ao período posterior a 1964, decidi compreender como se estruturava o pensamento militar e qual era o papel destinado às mulheres dentro dessa estrutura. Acredito que tenha sido uma boa decisão, já que me permitiu compreender, dentre outras questões, a formação militar e a elaboração dos elementos que fazem parte desse processo, tais como a formação do espírito de corpo e a tensão entre a percepção do que é ser militar e o que é ser civil. Essa compreensão e experiência de pesquisa me permitiram, posteriormente, atuar na Comissão Nacional da Verdade (CNV).

**Ana Penido: Quais as atribuições da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)? Ela é diferente da Comissão Nacional da Verdade?**

**Maria Cecília:** De maneira geral, a CEMDP tem como atribuições realizar atividades de busca, localização e identificação de desaparecidos políticos, bem como emitir pareceres referentes a requerimentos de indenizações realizados por familiares de mortos e desaparecidos políticos. A CEMDP foi estabelecida em 1995 e a CNV, em 2012. Embora ambas tenham resultado de um processo político que envolveu setores civis, como os familiares de mortos e desaparecidos e setores progressistas, a CNV teve como atribuição investigar as graves violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado. Ou seja, a ela coube investigar a responsabilidade estatal na elaboração de processos repressivos, bem como a ação de seus agentes na execução desses processos. Outra diferença é que a CNV tinha um período de atuação limitado, entre os anos de 2012 e 2014. Já a CEMDP, embora tenha tido seus trabalhos encerrados de maneira irregular nos dias finais do governo anterior, não tem um período específico para encerrar suas atividades, sendo que a manutenção de sua existência decorre da necessidade de continuar as buscas e estabelecer a identificação das vítimas da ditadura civil-militar que continuam desaparecidas.



**Ana Penido: Quais os maiores desafios para levar os trabalhos da comissão adiante?**

**Maria Cecília:** Atualmente o desafio se estabelece a partir da necessidade de incluir no rol das vítimas da ditadura civil-militar grupos minorizados, como camponeses e indígenas por exemplo, que foram direta e largamente afetados pela ditadura e, até hoje, sofrem as consequências de terem sido expropriados de seus direitos básicos em prol do desenvolvimentismo ou em benefício de determinados grupos industriais ou ligados ao agronegócio. Além disso, ainda é necessário reafirmar a importância do tema objeto da CEMDP para a manutenção da democracia. Em tempos de disputa pela narrativa histórica ligada ao período ditatorial, é muito necessário deixar claro para a sociedade que investigar o desaparecimento de pessoas que exerciam seu direito político de resistência é uma maneira de evitar a repetição desse passado. É uma maneira de garantir que esse direito continue assegurado para todos nós nos dias de hoje.

**Ana Penido: Para que relembrar 1964? Como a comunidade acadêmica pode contribuir nos desafios de construção da memória nacional?**

**Maria Cecília:** Em termos muito diretos, é importante relembrar 1964 para que ele não se repita. Investigar os acontecimentos que se desenvolveram a partir do estabelecimento da ditadura civil-militar, elaborar a memória sobre esses eventos, são importantes elementos de não-repetição. Nesse momento em que setores conservadores de nossa sociedade lançam mão de narrativas revisionistas que valorizam os eventos que se iniciaram em 1964 e os agentes políticos e sociais que os sustentaram, é importante que nós, acadêmicos, continuemos a elucidar o que foi feito naquele período e por quem foi feito. Nesse sentido, é necessário que nos empenhemos em lançar novos olhares e questões que nos permitam compreender mais profundamente o funcionamento da estrutura ditatorial, bem como sobre a atuação dos seus agentes; saber como o Estado deu suporte a essa ação e como essa ação atingiu não só indivíduos, opositores políticos, mas também grupos que tiveram seus interesses e direitos lesados, como os indígenas, camponeses, trabalhadoras e trabalhadores urbanos. Também é importante estudarmos a permanência de características, de estruturas políticas e normativas daquele período em nossos dias, em nosso cotidiano jurídico e político, para podermos compreender em qual medida tais elementos poderiam dar suporte a um enfraquecimento não só das práticas, mas também das instituições democráticas. Da mesma maneira, é importante analisar quais pontos de suporte a essa corrosão da democracia foram estabelecidos no cenário internacional, tanto no passado quanto no cenário atual.

**Ana Penido: Quais os ecos de 64, e da maneira como aconteceu a transição no Brasil, nos dias contemporâneos?**

**Maria Cecília:** A transição feita no Brasil, ao contrário do que aconteceu na Argentina, por exemplo, não permitiu a punição dos agentes do Estado que atuaram na repressão e que praticaram graves violações de direitos humanos contra cidadãos brasileiros e, também, estrangeiros. Esse impedimento, formalizado a partir da Lei de Anistia em 1979, se estende até os dias de hoje por meio da resistência do Judiciário em punir esses perpetradores. Embora estes sejam reconhecidos como torturadores, como responsáveis por assassinatos e desaparecimentos forçados, embora estejam identificados e os crimes listados no relatório final da CNV, há uma resistência por parte da justiça brasileira em punir esses agentes. Esse posicionamento, além de impedir o acesso à justiça preconizado pelos princípios da Justiça de Transição, ainda coloca o Brasil

como ente não cumpridor de tratados de Direito Internacional dos quais somos signatários. Ou seja, embora o Brasil tenha assinado acordos e tratados de Direito Internacional, eles não são aplicados internamente; posicionamento que contribui para a perpetuação de uma situação de injustiça. Outra questão é a maneira como as forças armadas, enquanto instituição, saíram desse processo de transição. Ao longo das décadas seguintes ao final do período ditatorial, as forças armadas tiveram sucesso em construir para si uma imagem de ente confiável e de elemento de manutenção e equilíbrio dos poderes políticos. Também tiveram grande sucesso em resguardar para si o controle de processos importantes para a manutenção dessa posição, tal como a organização da educação militar. A maneira como a transição foi realizada permitiu às forças armadas brasileiras não só se manterem longe do controle civil nas questões relacionadas à segurança e defesa, mas também permanecerem atuando como elemento político, o que não é bom para a manutenção da democracia.

**Ana Penido:** Associações acadêmicas, como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), podem contribuir para superar os desafios atuais? O que fazer?

**Maria Cecília:** Indicar o que fazer é difícil, mas penso que os temas mencionados acima podem ser entendidos como pontos importantes para serem discutidos nessas associações. Partindo da ideia de interesses comuns, de temas comuns aos associados, mas que serão analisados a partir de diferentes abordagens, penso que cabe a essas associações não só estarem atentas às implicações sociais e políticas desses temas, mas também os colocar como desafios para seus membros. As diferentes abordagens advindas desse desafio podem contribuir para criar um mosaico de conhecimentos a partir dos quais poderemos lançar luz sobre esses temas que são tão caros para nós. Acredito que essa polissemia pode se tornar um potente farol a guiar nossas análises e ações, tal qual é o papel da academia.

**Ana Penido:** Em nome do Conselho Editorial do Eris - Defesa e Segurança Internacional, agradeço pela sua disponibilidade em conceder essa entrevista exclusiva para o nosso dossiê, professora Maria Cecília. Parabenizamos sua trajetória e desejamos a você um bom trabalho na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

# Resenha: A Casa da Vovó

## UMA BIOGRAFIA DO CENTRO DE TORTURA DA DITADURA

*Bárbara Campos Diniz*

O livro *A Casa da Vovó: Uma Biografia do Centro de Tortura da Ditadura*, de Marcelo Godoy, publicado em 2014, é uma obra monumental que investiga o Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, um dos mais infames centros de tortura e repressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Godoy revela a profundidade e a extensão das violações de direitos humanos perpetradas sob o regime militar, oferecendo uma análise detalhada e crítica do aparato repressivo do Estado. O título do livro, que se refere ao apelido irônico dado ao prédio, sintetiza a brutalidade encoberta pela aparência corriqueira de seu funcionamento, destacando a dualidade do terror que ali se escondia.

O trabalho de Godoy é notável não apenas pela amplitude de sua pesquisa, mas também pela qualidade e diversidade das fontes utilizadas. O autor adota uma abordagem interdisciplinar, que combina história, jornalismo investigativo e estudos de direitos humanos, para construir uma narrativa robusta e multifacetada. O uso extensivo de fontes primárias, como entrevistas com ex-militares, torturadores e sobreviventes da repressão, além de documentos oficiais como inquéritos e relatórios, confere à obra um grau significativo de rigor acadêmico. Essa combinação de fontes permite a reconstrução detalhada do funcionamento interno do DOI-CODI, revelando tanto a lógica repressiva do regime quanto as táticas de resistência enfrentadas.

Um dos grandes méritos de *A Casa da Vovó* é como o autor humaniza as vítimas ao mesmo tempo em que dissecar a psicologia dos torturadores. Ao oferecer espaço para depoimentos de ambos os lados, Godoy não relativiza a violência, mas expõe a racionalização por trás dela. Esse equilíbrio é especialmente importante em obras que lidam com violações de direitos humanos, já que evita o risco de desumanizar os envolvidos ou de simplificar os motivos e as circunstâncias que levaram à tortura. O autor consegue explorar as justificativas dos agentes da repressão sem perder de vista a brutalidade das ações cometidas, demonstrando como o regime criou um sistema de violência legitimada e institucionalizada.

O enfoque de Godoy no caráter sistemático da tortura é crucial para entender a dinâmica da repressão política no Brasil. Ele não se limita a retratar o DOI-CODI como uma aberração isolada, mas o insere em um contexto mais amplo de políticas repressivas que envolviam diversas instituições estatais, como o Exército, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a comunidade de inteligência. Ao fazer isso, o autor fornece uma compreensão mais ampla da natureza repressiva do regime militar brasileiro, mostrando como a tortura era parte integrante do *modus operandi* estatal. Godoy também explora o papel da elite

civil no apoio ao regime, evidenciando a colaboração entre os militares e setores civis na sustentação da ditadura. Esse ponto é crucial para desmontar a ideia de que a repressão foi exclusivamente militar, mostrando que havia uma cumplicidade institucionalizada entre diferentes camadas da sociedade.

Outro aspecto notável da obra é sua abordagem acerca da impunidade pós-ditadura. Godoy dedica atenção à Lei da Anistia de 1979, que impediu a responsabilização de muitos dos torturadores e agentes do regime. Ao discutir as implicações dessa legislação, *A Casa da Vovó* participa do debate contemporâneo sobre a justiça de transição e a memória da ditadura no Brasil, temas ainda amplamente relevantes. O autor critica a falta de responsabilização pelos crimes cometidos, alertando para o perigo de se esquecer ou relativizar os horrores do passado, o que pode perpetuar cicatrizes sociais e políticas. Nesse sentido, a obra se insere em um debate crucial sobre como sociedades pós-autoritarismo lidam com seu passado traumático e qual o papel da memória histórica na construção da justiça e da democracia.

Do ponto de vista metodológico, a obra é exemplar. Godoy organiza o livro de forma cronológica e temática, o que facilita o entendimento do leitor sobre os eventos, suas causas e consequências. A clareza e objetividade de sua escrita tornam o livro acessível para um público amplo, sem comprometer a profundidade da análise. Essa escolha metodológica permite ao autor abordar a complexidade do tema de forma rigorosa, sem recorrer ao sensacionalismo. Ao tratar de temas tão dolorosos e controversos, Godoy mantém a sensibilidade necessária para lidar com as histórias das vítimas, sem, no entanto, suavizar a gravidade dos abusos relatados.

Um possível trigger warning (TW) é a intensidade dos relatos, que podem ser difíceis de suportar devido à crueza das descrições. No entanto, essa intensidade é essencial para transmitir a realidade brutal da repressão durante o regime militar. Godoy expõe a banalização da violência e a transformação da tortura em uma ferramenta cotidiana de controle político, alertando para a importância de se confrontar esse passado para que ele não seja repetido. Ao fazer isso, o autor reafirma a necessidade de uma memória coletiva ativa e engajada.

Em termos de relevância acadêmica, *A Casa da Vovó* é uma obra fundamental para o estudo da ditadura militar brasileira e suas políticas de repressão. O livro dialoga com uma vasta literatura sobre regimes autoritários, tortura e memória, posicionando-se como uma peça-chave para a compreensão das práticas repressivas do Estado brasileiro durante o período. Além disso, a obra é valiosa para os estudos de direitos humanos e justiça de transição, levantando questões cruciais sobre como as sociedades lidam com crimes de Estado e a importância de preservar a memória para a construção de uma democracia robusta.

# Resenha: Batismo de Sangue

*Bárbara Campos Diniz*

"Batismo de Sangue", escrito por Frei Betto e publicado originalmente em 1982, oferece uma narrativa intensa e multifacetada sobre a participação dos frades dominicanos na resistência contra a ditadura militar brasileira, com foco em sua relação com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e Carlos Marighella. A obra se destaca como um dos mais contundentes testemunhos da repressão estatal e da luta armada no Brasil, mesclando memória pessoal, documentação histórica e uma profunda reflexão ética e teológica.

Betto utiliza sua experiência pessoal e os relatos de seus companheiros de resistência para construir um relato que vai além do mero registro histórico. Batismo de Sangue é, ao mesmo tempo, um manifesto contra as atrocidades cometidas pelo regime militar e uma exploração dos dilemas morais e espirituais enfrentados por aqueles que decidiram se engajar na luta armada. Essa articulação entre o pessoal e o político é um dos grandes méritos da obra, que combina elementos de denúncia com uma análise íntima dos conflitos éticos de seus protagonistas.

A narrativa se organiza em torno da trajetória dos frades dominicanos, que, apesar de sua vocação religiosa, optaram por apoiar a resistência armada. O envolvimento desses religiosos no movimento liderado por Marighella expõe uma questão central no livro: a tensão entre fé e militância política. Frei Betto apresenta um retrato vívido dessa dualidade, revelando o impacto devastador da repressão sobre os frades e o difícil equilíbrio entre suas convicções espirituais e sua solidariedade à luta pela justiça social. Essa dialética entre a espiritualidade cristã e o ativismo político insere a obra em um debate mais amplo sobre o papel da Igreja Católica no Brasil durante os anos de chumbo, apontando tanto para sua cumplicidade com o regime quanto para seu potencial revolucionário em setores progressistas.

A morte de Carlos Marighella, um dos eventos centrais do livro, é tratada com um rigor documental e ao mesmo tempo com uma sensibilidade literária. A obra oferece uma descrição detalhada da operação que levou à sua execução, expondo as alianças entre o Estado, a mídia e setores conservadores da sociedade civil para eliminar a oposição. Frei Betto não poupa o leitor das descrições das torturas sofridas pelos presos políticos, incluindo os próprios frades dominicanos. Esses relatos de violência são apresentados de maneira a destacar a brutalidade sistemática da repressão militar, fornecendo uma perspectiva crucial sobre o funcionamento da máquina de repressão estatal.

A profundidade literária do texto de Frei Betto também merece destaque. A prosa é ao mesmo tempo envolvente e densa, equilibrando descrição e reflexão. A escolha de uma linguagem clara e objetiva contribui para a acessibilidade do texto, sem comprometer a complexidade emocional e moral da narrativa.

A obra consegue transmitir ao leitor a angústia e os dilemas enfrentados pelos protagonistas, ao mesmo tempo em que articula uma análise crítica dos limites da ação política em contextos de opressão. Um dos pontos centrais da obra é a reflexão sobre a legitimidade da violência revolucionária. Frei Betto problematiza essa questão ao longo do livro, destacando o contraste entre o pacifismo cristão e a necessidade de recorrer à luta armada, que muitos consideravam o único caminho possível diante da ditadura. Esse conflito moral está presente em diversos momentos da obra, o que a torna uma fonte valiosa de debate sobre a ética da resistência violenta versus a resistência pacífica, além de suas consequências práticas e filosóficas.

Outro ponto relevante na análise de *Batismo de Sangue* é a contextualização histórica dos eventos narrados. A obra não se limita a relatar fatos isolados da resistência contra a ditadura militar, mas oferece uma visão ampla sobre o cenário global da Guerra Fria e a doutrina de segurança nacional que justificou a repressão em toda a América Latina. Esse enquadramento histórico proporciona ao leitor uma compreensão mais profunda das políticas de Estado que sustentaram os regimes militares, ao mesmo tempo em que traça paralelos entre as lutas travadas no Brasil e em outros países do continente.

A relevância de *Batismo de Sangue* transcende o período em que foi escrito. O livro de Frei Betto permanece atual, especialmente em um contexto em que a memória da ditadura militar no Brasil continua sendo alvo de disputas políticas e ideológicas. A obra convida o leitor a refletir sobre a importância da memória histórica como ferramenta de resistência e conscientização, bem como sobre os dilemas éticos inerentes à militância política.

# Resenha: Guerrilheiras: Memórias da Ditadura e Militância Feminina

*Bárbara Campos Diniz*

O livro *Guerrilheiras: Memórias da Ditadura e Militância Feminina*, de Juliana Marques do Nascimento, representa uma contribuição crucial ao campo da historiografia brasileira e dos estudos de gênero, ao examinar as trajetórias das mulheres que participaram ativamente da resistência à ditadura militar no Brasil. Publicado em um momento de crescente atenção para as questões de gênero e direitos humanos, a obra expande a narrativa convencional da resistência ao regime militar, focando nas experiências das guerrilheiras, cujas vidas foram historicamente marginalizadas ou silenciadas.

Nascimento utiliza uma abordagem inovadora ao entrelaçar depoimentos, entrevistas e documentos históricos para construir uma narrativa que valoriza as vivências das mulheres na luta armada e na oposição ao regime. Ao dar protagonismo a essas vozes, a autora preenche uma lacuna historiográfica e reafirma a importância da perspectiva de gênero no estudo da resistência política. O destaque dado à participação ativa das mulheres desafia as construções tradicionais de gênero e apresenta uma resistência multifacetada, na qual as guerrilheiras não foram meramente coadjuvantes, mas agentes centrais na luta contra a ditadura.

Um dos aspectos mais significativos da obra é o resgate das memórias dessas militantes, incluindo as dificuldades enfrentadas tanto no âmbito político quanto pessoal. O livro oferece uma análise detalhada de como essas mulheres romperam com expectativas sociais restritivas, optando por ingressar em movimentos clandestinos e enfrentando a repressão brutal do Estado. Além disso, Nascimento revela as contradições e desafios internos presentes nas próprias organizações de resistência, nas quais as questões de gênero frequentemente foram subestimadas ou ignoradas. Esse ponto evidencia o caráter complexo da luta feminina, que envolvia não apenas o combate ao regime militar, mas também a resistência às dinâmicas de poder patriarcais presentes até mesmo dentro dos movimentos progressistas.

A autora também aprofunda a discussão sobre a violência de gênero praticada pelo Estado brasileiro durante o regime militar. As guerrilheiras, além de perseguidas politicamente, foram submetidas a torturas específicas que buscavam controlar e humilhar seus corpos. Nascimento detalha as torturas sexuais e abusos sofridos por essas mulheres, revelando como a repressão transcendeu a violência política, incorporando uma dimensão de gênero que visava desumanizar ainda mais as militantes. Ao abordar essas memórias traumáticas, a autora rompe com o silêncio imposto por décadas sobre as experiências das mulheres torturadas, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva.

Do ponto de vista acadêmico, *Guerrilheiras* dialoga com debates contemporâneos sobre a interseção entre política, memória e gênero. A autora se insere na tradição dos estudos feministas ao questionar as construções históricas que relegaram as mulheres a papéis secundários nas lutas políticas. A obra faz uma importante contribuição para a historiografia da ditadura militar ao desafiar as narrativas hegemônicas que tradicionalmente focam em figuras masculinas de liderança, de forma que a autora mostra que as mulheres não foram apenas apoio logístico ou vítimas passivas da repressão, mas protagonistas que contribuíram ativamente para a organização e execução da resistência. Essa perspectiva é um avanço teórico fundamental, que exige uma reavaliação das dinâmicas de gênero dentro das lutas políticas e questiona as formas como a história oficial é escrita e lembrada.

*Nascimento* desafia a memória oficial da resistência ao regime militar, destacando como as guerrilheiras enfrentaram não apenas a repressão política, mas também a invisibilidade histórica. Ao trazê-las para o centro da narrativa, a autora propõe uma releitura do período, possibilitando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e opressão que marcaram a ditadura no Brasil. A utilização de entrevistas e fontes primárias, junto com uma análise teórica rigorosa, confere profundidade à obra, permitindo que as histórias individuais das guerrilheiras sejam contextualizadas em um panorama político e social mais amplo. Essa combinação de relatos pessoais com análises acadêmicas proporciona ao leitor uma compreensão rica e complexa da resistência feminina, demonstrando como experiências individuais podem refletir e desafiar estruturas políticas maiores.

A relevância contemporânea de *Guerrilheiras* é evidente. Em um contexto em que a memória da ditadura militar brasileira continua sendo alvo de intensas disputas políticas e ideológicas, o livro de Juliana Marques do *Nascimento* oferece um contraponto necessário à tentativa de apagamento ou distorção dessa memória. Ao resgatar as vozes das mulheres que lutaram contra o regime, a obra desafia o leitor a refletir sobre o papel das mulheres nas lutas políticas, tanto no passado quanto no presente, e sobre as contínuas disputas em torno da memória histórica.



# Indicações de Literatura e Audiovisual

## FILMES E DOCUMENTÁRIOS

### UMA NOITE EM 67

Documentário dirigido por Renato Terra e Ricardo Calil, 2010.

O documentário retrata a final do 3º Festival de Música Popular Brasileira, realizado pela TV Record, em um período de intensas transformações culturais e políticas durante a ditadura militar.

### O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS

Filme dirigido por Cao Hamburger, 2006.

O filme narra a história de Mauro, um garoto de 12 anos cujos pais são ativistas políticos e precisam fugir da repressão do regime militar no Brasil.

### PRA FRENTE, BRASIL

Filme dirigido por Roberto Farias, 1982.

O filme aborda os "anos de chumbo" da ditadura no Brasil ao contar a história de um homem comum que, confundido com um militante, é preso e torturado pela repressão.

### MARIGHELLA

Filme dirigido por Wagner Moura, 2019.

Narra a trajetória do guerrilheiro Carlos Marighella, líder da resistência armada contra a ditadura militar, até sua morte em uma emboscada.

### ZUZU ANGEL

Filme dirigido por Sérgio Rezende, 2006.

O filme retrata a luta da estilista Zuzu Angel para descobrir o paradeiro de seu filho Stuart Angel, um militante político desaparecido durante a ditadura militar brasileira.

## L I T E R A T U R A

### BATISMO DE SANGUE

Livro escrito por Frei Betto, 1982.

Relato dramático sobre a perseguição e tortura sofrida por frades dominicanos que lutaram contra o regime militar no Brasil.

### MEMÓRIAS DO ESQUECIMENTO

Livro escrito por Flávio Tavares, 1999.

O autor descreve suas vivências durante a ditadura, incluindo sua prisão e tortura, além de sua participação na troca de prisioneiros pelo embaixador Charles Elbrick.

### BRASIL: NUNCA MAIS

Livro organizado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, 1985.

O livro documenta as torturas e violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar brasileiro, baseado em depoimentos e processos judiciais.

### OS ÚLTIMOS QUARTETOS DE BEETHOVEN E OUTROS CONTOS

Livro escrito por Luis Fernando Veríssimo, em 2013. O livro possui diversos contos, dentre eles alguns que remetem a memórias da Ditadura Militar no Brasil. Os capítulos indicados são “O Pôster” e “A Mancha”.

### EM NOME DOS PAIS

Livro escrito por Matheus Leitão, em 2017.

O livro relata a busca do autor pelo passado doloroso dos pais durante a ditadura, reconstruindo os eventos da década de 1970 no Brasil entrelaçados com relatos pessoais.

## MÚSICAS

### CÁLICE

Música de Chico Buarque e Gilberto Gil, 1973.

Canção de protesto que usa metáforas para criticar a repressão e a censura durante a ditadura militar, se tornando um símbolo da resistência política.

### PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES (CAMINHANDO)

Música de Geraldo Vandré, 1968.

Hino de resistência contra a ditadura militar, a canção fala sobre a luta pela liberdade e o enfrentamento da repressão política no Brasil.

### APESAR DE VOCÊ

Música de Chico Buarque, 1970.

Composta como uma crítica ao regime militar, a canção foi censurada por suas mensagens contra a repressão.

### O BÊBADO E A EQUILIBRISTA

Música de Aldir Blanc e João Bosco, interpretada por Elis Regina, 1979.

Símbolo da luta pela anistia e pelos direitos humanos, a música se tornou um marco da resistência contra a ditadura e da busca por justiça.

## VISITA

Memorial da Resistência de São Paulo. Largo General Osório, 66 - Santa Ifigênia, São Paulo - SP. Entrada Gratuita. Quarta à Segunda, das 10h às 18h. Site: <https://memorialdaresistenciasp.org.br>. Museu que resgata memórias da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo, com atividades interativas.

# Sobre os Autores

Ana Penido – Pós-Doutoranda em Ciência Política PPGCP-UNICAMP, pesquisadora vinculada ao Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e ao GEDES-UNESP e bolsista FAPESP.

Bárbara Campos Diniz – Doutoranda em Relações Internacionais PPGRI-San Tiago Dantas/UNESP, pesquisadora vinculada ao GEDES-UNESP e bolsista CAPES.

Camila Macedo Ruiz – Graduanda em Relações Internacionais EPPEN-UNIFESP.

Damaris de Jesus Santos – Graduanda em Relações Internacionais EPPEN-UNIFESP.

Daniilo de Castro Papetti – Graduando em Relações Internacionais EPPEN-UNIFESP.

Darlise Gonçalves de Gonçalves – Doutoranda em História PPGHIS-UNIPAMPA, Professora Substituta da História IFSul-CAVG e bolsista CAPES.

Eduardo Mei – Professor de Relações Internacionais da UNESP, pesquisador vinculado ao GEDES-UNESP e coordenador do Observatório de Conflitos (OC-GEDES) e do Observatório de Política Exterior (OPEX-GEDES)

Flora Peterle de Andrade – Graduanda em Relações Internacionais EPPEN-UNIFESP.

Frei Betto – frei dominicano, jornalista, escritor e ativista social e pastoral brasileiro, ex-coordenador de mobilização social do programa Fome Zero e ex-cessor do Prresidente Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2004. É autor de “Cartas da prisão”, “Batismo de Sangue” e “Diário de Fernando – nos cárceres da ditadura militar brasileira”, entre outros.

Guilherme Theodoro Gusson – Doutorando em Relações Internacionais Relações Internacionais PPGRI-San Tiago Dantas e pesquisador vinculado ao GECI-PUC.

Guilherme Borges da Silva – Doutorando em História Social das Relações Políticas PPGHIS-UFES e bolsista CAPES.

Héctor Luis Saint-Pierre – Coordenador-Executivo do IPPRI-UNESP, Professor Livre Docente Associado ao PPGRI-San Tiago Dantas e da UNESP e pesquisador fundador vinculado ao GEDES.

Iaritsa Jade Lima Freitas – Graduanda em Relações Internacionais EPPEN-UNIFESP.

Lucas Barroso Rego – Mestrando em História Social PPGHIS-UFRJ e pesquisador vinculado à DMI - SiBI/UFRJ.

Samuel Alves Soares – Professor Livre Docente Associado ao PPGRI-San Tiago Dantas e da UNESP, pesquisador vinculado ao GEDES-UNESP e coordenador do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro da UNESP.

Nilmário Miranda – político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores e ex-Secretário dos Direitos Humanos no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre 2002 e 2006, é integrante da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e na Comissão de Anistia (CEMDP) e é chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.



**ERIS**

DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL



**GEDES**

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL